

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

**JAMILLE DE CARVALHO SANTANA**

**COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS PROFESSORES DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

**São Cristóvão / SE  
2018**

**JAMILLE DE CARVALHO SANTANA**

**COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS PROFESSORES DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
da Informação da Universidade Federal  
de Sergipe para obtenção do grau de  
Bacharel em Biblioteconomia e  
Documentação.

**Orientador: Prof. Me. Antônio Edilberto  
Costa Santiago.**

**São Cristóvão / SE**

**2018**

### **Dados de Catalogação na Publicação (CIP)**

S223c	<p>Santana, Jamille de Carvalho</p> <p>Comportamento informacional dos professores de Direito da Universidade Federal de Sergipe: um estudo exploratório / Jamille de Carvalho Santana; orientador Prof. Ms. Antonio Edilberto Costa Santiago. - São Cristóvão, 2018.</p> <p>76 f.: il.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, São Cristóvão, 2018.</p> <p>1. Comportamento informacional. 2. Usuário da informação. 3. Professor. 3. Direito – Estudo e ensino. I. Santiago, Antonio Edilberto Costa, orientador. II. Universidade Federal de Sergipe. III. Título.</p> <p>CDD: 025.524 CDU: 001.102-057,187</p>
-------	--

# **COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS PROFESSORES DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

**JAMILLE DE CARVALHO SANTANA**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
da Informação da Universidade Federal  
de Sergipe para obtenção do grau de  
bacharel em Biblioteconomia e  
Documentação.

Nota: \_\_\_\_\_

Data de Apresentação: \_\_\_\_\_

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Antonio Edilberto Costa Santiago  
Orientador (UFS)

---

Profa. Dra. Janaina Ferreira Fialho  
Membro Interno (UFS)

---

Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari  
Membro Interno (UFS)

## RESUMO

O fenômeno aqui estudado é o Comportamento Informacional dos professores de Direito da Universidade Federal de Sergipe, quanto ao entendimento de suas necessidades de informação e aos meios utilizados de busca de informação, identificando as fontes de informação consideradas fundamentais para esses professores e fazendo um levantamento a cerca da tipologia de informação utilizada pelos professores pesquisados. A pesquisa tem por objetivo um caráter exploratório e descritivo. Verifica-se a necessidade da abordagem metodológica qualitativa e quantitativa diante do perfil desta pesquisa. A técnica utilizada para a coleta de dados foi um formulário de pesquisa semiestruturado. Optou-se por pesquisar os professores de Direito da UFS, com o intuito de identificar o comportamento informacional daqueles que detém o uso da informação jurídica no ambiente acadêmico. Além disso, investigou-se a falta de informação diante da realização das atividades profissionais desenvolvidas.

**Palavras-Chave:** Comportamento Informacional. Usuário da Informação. Pesquisa Jurídica. Recuperação da Informação. Ciência da Informação.

## **ABSTRACT**

The phenomenon studied here is the Information Behavior of law professors of the Federal University of Sergipe, regarding the understanding of their information needs and the means used to search for information, identifying the sources of information considered fundamental for these teachers and making a survey about the type of information used by the researched teachers. The research aims at an exploratory and descriptive character. There is a need for a qualitative and quantitative methodological approach to the profile of this research. The technique used for the data collection was a semistructured research form. It was decided to research UFS law professors, in order to identify the informational behavior of those who have the use of legal information in the academic environment. In addition, we investigated the lack of information regarding the accomplishment of the professional activities developed.

**Keywords:** Information Behavior. Legal Research. Information User. Information Retrieval. Information Science.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	– Primeiro Modelo de Wilson 1981 .....	26
<b>Figura 2</b>	– Metáfora da lacuna na teoria do <i>sense-making</i> .....	29
<b>Quadro 1</b>	– Estágios do ISP .....	34
<b>Figura 3</b>	– Modelo revisado de Wilson, 1996 .....	37
<b>Figura 4</b>	– Pilares da informação jurídica .....	40
<b>Gráfico 1</b>	– Percepção da falta de informação em projetos de pesquisa e/ou extensão .....	54
<b>Tabela 1</b>	– Percepção da falta de informação nas atividades didáticas .....	55
<b>Gráfico 2</b>	– Canais informais de informação preferidos na busca de informação .....	56
<b>Gráfico 3</b>	– Canais formais de informação preferidos na busca de informação .....	57
<b>Gráfico 4</b>	– Materiais que ajudam na obtenção de informação .....	58
<b>Gráfico 5</b>	– Frequência de busca por informação .....	60
<b>Tabela 2</b>	– Frequência de uso das fontes de informação jurídicas .....	61

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	– <i>American Library Association</i>
BDTD	– Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAFe	– Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COMUT	– Comutação Bibliográfica
IBDFAM	– Instituto Brasileiro de Direito da Família
IBICT	– Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
ISP	– <i>Information Search Process</i>
STF	– Supremo Tribunal Federal
STJ	– Supremo Tribunal de Justiça
TIC	– Tecnologias de informação e comunicação
UFS	– Universidade Federal de Sergipe



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Necessidade de Informação.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Comportamento Informacional.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Busca por informação.....</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>MODELOS DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1</b>	<b>Modelo de comportamento informacional de Wilson, 1981 .....</b>	<b>25</b>
<b>3.2</b>	<b>Modelo de comportamento informacional de Brenda Dervin, 1983 .....</b>	<b>27</b>
<b>3.3</b>	<b>Modelo de comportamento informacional de Ellis, 1989 e Ellis, Cox Hall, 1993 .....</b>	<b>30</b>
<b>3.4</b>	<b>Modelo de comportamento informacional de Carol Kuhlthau, 1991 .....</b>	<b>32</b>
<b>3.5</b>	<b>Modelo revisado de comportamento informacional de Wilson, 1996 .....</b>	<b>36</b>
<b>4</b>	<b>INFORMAÇÃO JURÍDICA .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1</b>	<b>Legislação .....</b>	<b>42</b>
<b>4.2</b>	<b>Doutrina .....</b>	<b>43</b>
<b>4.3</b>	<b>Jurisprudência .....</b>	<b>44</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>47</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>	<b>54</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>65</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>
	<b>ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>73</b>
	<b>APÊNDICE A – Formulário da pesquisa .....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Viver em um mundo movido pela informação e, por conseguinte, pelo conhecimento; essa combinação é responsável por alavancar as principais atividades produtivas da sociedade contemporânea. Com o avanço exacerbado do uso dos recursos tecnológicos, pelo surgimento do computador, da informática, da internet e das tecnologias de informação e comunicação (TIC), é essencial que as pessoas utilizem esses meios que veiculam e permitem o acesso à informação.

A informação na sociedade contemporânea desempenha um papel fundamental, pois quando devidamente utilizada age como elemento transformador, possibilitando a criação de novos conhecimentos e avanços em todas as áreas do conhecimento e também no dia a dia das pessoas. Miranda (2004, p. 137) colabora com essa assertiva, ressaltando que

[...] a informação tornou-se a mais poderosa força de transformação do homem, encontrando-se presente no cotidiano do indivíduo através das relações sociais, econômicas e culturais e, adquirindo, nesse sentido, um caráter decisivo para o alcance da cidadania, das metas e objetivos propostos pelo próprio homem, que cria um vínculo de dependência com a informação para sua melhor adaptação ao meio em que vive.

A informação, portanto, é a matéria-prima primordial para uma série de profissões, dentre elas os professores do direito. É insumo básico primordial para a produção acadêmico-científica e para o avanço científico e tecnológico; em diversas circunstâncias ela é utilizada como instrumento para tomada de decisões, inclusive no meio jurídico. Segundo Miranda (2007, p. 2) a informação, quando usada sabiamente, contribui como instrumento formador da consciência crítica do indivíduo, podendo levá-lo à conquista do sucesso intelectual e profissional, caso contrário, pode levá-lo ao fracasso e à própria estagnação.

Nessa perspectiva, buscar a informação é uma atividade necessária e relativamente complexa que requer uma série de habilidades por parte de todos que dela necessitem; em especial os professores das diversas áreas do conhecimento humano.

Observe-se que o setor de informação jurídica, segundo Cunha (2010), é o maior produtor de documentos no Brasil e, em virtude disso, o volume informacional e seus formatos vêm se modificando de forma exponencial, devido ao período histórico em que estamos vivendo, profundamente marcado pelas TIC. Partindo desse contexto, há uma proliferação de ferramentas facilitadoras de acesso à informação e ao conhecimento produzido.

Em pesquisa realizada por Amaral et. al (2004, apud PASSOS, 2005) foi constatado que, em média, são editadas 832 normas por dia útil, na qual podemos evidenciar um grande número de informações, sendo impossível que os profissionais e pesquisadores da área jurídica mantenham-se atualizados face a toda essa massa de informação produzida. Assim, nota-se a importância das unidades informacionais especializadas, com profissionais bibliotecários para dar suporte ao usuário em suas buscas e recuperação da informação necessária.

Considerando o forte crescimento e a modernização das fontes de informações jurídicas, e a sua forma de organização, é indispensável um estudo minucioso com a finalidade de interpretar como o usuário, através do seu comportamento informacional, faz a busca pela informação que necessita. Nessa sequência, percebe-se que a informação jurídica deve chegar ao usuário em tempo hábil, de maneira que venha satisfazer as suas necessidades informacionais.

No entanto, a falta de observação avaliativa e de estudo de satisfação do usuário ainda é um obstáculo constante nas instituições. Isto significa disponibilizar informação por meio digital ou físico e não se preocupar em avaliar a satisfação do usuário, quanto à sua satisfação e utilização da mesma.

Considerando a área do Direito como um campo das Ciências Humanas, de natureza interdisciplinar, conseqüentemente essa interdisciplinaridade pode dificultar a busca e recuperação da informação jurídica, pois esta última encontra-se fragmentada e dispersa em diversas instituições e fontes informação.

Em se tratando de informação jurídica, no Brasil, o campo da Biblioteconomia jurídica constantemente sofre modificações, pois a documentação jurídica é

produzida, alterada, revogada diariamente, acompanhando as mudanças constantes que ocorrem na sociedade. Passos e Barros (2009) apresentam as seguintes características que diferem a informação jurídica dos demais tipos de informação:

- a) grande volume de informação e rapidez de sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do direito, constante produção de doutrina);
- b) grande diversidade de fontes de informação; interação com outras áreas do conhecimento (filosofia, sociologia, economia, história, informática, política, etc.);
- c) público alvo exigente e diversificado (pluralidade de finalidades da informação pretendida);
- d) necessidade de grande rigor e precisão da sua conservação no documento jurídico, qualquer que seja o seu suporte;
- e) necessidade de grande rapidez e rigor na sua transmissão, de modo a assegurar a sua correta utilização e aplicação, de acordo com as últimas alterações ocorridas e a garantir a fiabilidade da mensagem transmitida.

Segundo Mueller (2005) os estudos sobre o comportamento de busca de diferentes grupos são importantes, pois os pesquisadores de cada área do conhecimento possuem comportamentos informacionais que lhes são próprios. Assim, conforme aponta (CALVA GONZALES 2004, p. 52 apud SANTOS, 2008, p. 18 tradução nossa): "os resultados obtidos das pesquisas realizadas sobre as necessidades, comportamento e satisfação permitem ter elementos para o melhoramento contínuo das unidades de informação que atendem a comunidades específicas de usuários". Registre-se, pois, que o comportamento informacional ou de busca além dos estudos de necessidade, busca e uso da informação engloba os estudos sobre competência informacional.

Segundo Bartalo e Marcondes (2009) o indivíduo normalmente busca informação quando identifica suas necessidades de informação, sejam elas de natureza profissional, pessoal, social, de lazer ou quando tem um problema a resolver e, para tanto faz uma interação com um sistema de informação. Para que os professores do curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS) obtenham sucesso na

busca de informação, é importante suas habilidades de pesquisa jurídica e a sua competência informacional jurídica.

Para isso foi necessário identificar se os professores do curso de Direito da UFS acompanham esse desenvolvimento tecnológico e se desenvolveram habilidades e adquiriram a competência informacional adequada para o desenvolvimento de suas pesquisas. Vale esclarecer que competência informacional, também engloba estudos sobre comportamento informacional, ou seja, a maneira pela qual o indivíduo se comporta na busca da informação, isso irá influenciar na sua competência informacional.

Essa temática é relevante para a Biblioteconomia, pois os usuários podem obter uma melhor aprendizagem e um leque de variadas opções de utilização das diversas fontes de informações dispostas na internet, livros, artigos, teses, dissertações etc. Vale salientar que a internet, concomitantemente com o emprego das TIC, é um dos meios mais eficientes para se obter informação de forma fácil e rápida. Por sua vez a internet tornou-se um meio para publicitar a informação de forma dinâmica, e atrativa, pois seu custo benefício traz consigo economia e uma maneira remota de acessar a informação, na maioria das vezes de forma gratuita.

Em termos gerais, esse estudo permitiu “identificar o relacionamento no contexto da realização da pesquisa científica entre comportamento informacional e processo de busca da informação e nos objetivos específicos” (PIRES, 2012, p. 288), vez que é de extrema importância a figura do bibliotecário no estudo do comportamento informacional.

Face ao exposto, infere-se que essa pesquisa tem como tema: O comportamento informacional dos professores do curso de Direito da UFS, que visa estudar o comportamento informacional dos pesquisadores do curso de Mestrado em Direito pela busca da informação jurídica. Nesse contexto insere-se o comportamento de busca pela informação jurídica.

Note-se a efetividade do processo informacional realizado pelos indivíduos e as competências que os mesmos possuem ou devem possuir para tal. Neste estudo

busca-se responder às seguintes questões: quais as necessidades de informação dos professores de Direito no âmbito da UFS? como essas necessidades são identificadas? como esses pesquisadores acessam as informações, como são selecionadas e processadas? Que procedimentos realizam para compatibilizar estas informações com os objetivos de suas atividades ?

Considerando a exploração de contextos de busca da informação e suas contribuições teórico-práticas para a área da Ciência da Informação, o presente trabalho tem por base o seguinte objetivo geral: analisar o comportamento de busca da informação jurídica por parte dos pesquisadores do curso de Mestrado em Direito da UFS. Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) caracterizar a informação jurídica incluindo aspectos históricos e atuais, enfocando o contexto brasileiro e características de organização dessa informação;
- b) delinear o perfil dos pesquisadores como usuários da informação jurídica;
- c) levantar a tipologia da informação utilizada pelos pesquisadores da área, bem como formas e mecanismos de obtenção dessa informação;
- d) identificar as fontes de informação consideradas fundamentais para esses pesquisadores.
- e) Identificar as dificuldades encontradas no processo de busca de informação.

Em assim sendo, esta pesquisa quanto aos procedimentos é bibliográfica e quanto aos objetivos é exploratória e descritiva. A pesquisa teve como método de procedimento o monográfico. A abordagem utilizada foi quantitativa com traços qualitativos, vez que os dados qualitativos às vezes necessitam ser quantificados. Foi adotado um formulário como instrumento de coleta de dados. O universo da pesquisa foi constituído pelos 27 professores/pesquisadores que compõem o Departamento de Direito da UFS, aqui identificados como professores de Direito.

Os estudos que englobam a área da Biblioteconomia jurídica apresentam eminente relevância na sociedade, bem como contribuem para o desenvolvimento de pesquisas de cunho científico e tecnológico no âmbito das universidades, objetivando a geração de informação e conhecimento.

A informação jurídica apresenta algumas facetas de difícil controle, por seu caráter interdisciplinar e pelos estudos que englobam o comportamento de busca de pesquisadores dessa área. São fatores que contribuem para que o profissional da informação, bibliotecário, conheça as reais necessidades informacionais desses últimos e supra essas necessidades através dos produtos e serviços de informação nas bibliotecas, arquivos e centros de documentação, sejam esses ambientes informacionais físicos ou virtuais.

Nesse contexto, informa-se que a estrutura desta pesquisa está composta por sete capítulos, a saber: o primeiro é o dedicado à introdução e aos contextos mais gerais; no segundo apresenta-se contextos sobre necessidades de informação e comportamento informacional e subdivisões como necessidade de informação, comportamento informacional, e busca por informação; no capítulo terceiro estão os modelos de comportamento informacional, em especial o de Wilson, de 1981, o de Brenda Dervin, de 1983, o de Ellis, de 1989 e Ellis, Cox e Hall, de 1993, o de Carol Kuhlthau, de 1991, e o de Wilson, de 1996; o quarto foi dedicado a informação jurídica e suas conceituações, o quinto capítulo está dedicado à metodologia, no qual serão apresentados procedimentos, abordagens, universo da pesquisa e os contextos referentes à coleta de dados; no sexto capítulo apresenta-se a análise e a discussões dos resultados e por último as considerações finais trazendo um apanhado geral a partir das discussões dos resultados. Considera-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, evidenciando a análise do comportamento de busca da informação jurídica por parte dos professores pesquisados, as perguntas do formulário de pesquisa também foram respondidas e analisadas, relativas aos objetivos específicos da pesquisa.

## 2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO

Para efetivação dessa pesquisa, assume-se o estudo sobre comportamento informacional como uma tipologia que visa o estudo de usuários, vez que “comumente abrangem a necessidade, a busca e o uso da informação.” (DANTAS; PAVÃO; CAREGNATO, 2008, p. 3). O estudo sobre comportamento informacional, conforme Barros e Neves (2011, p. 231), “[...] insere-se nos estudos desenvolvidos na Ciência da Informação e de várias outras áreas do conhecimento, que se ocupam da relação do usuário, enquanto ator social, com a dinâmica da informação.” Desta maneira estudam o usuário da informação como parte integrante de uma contextualização social, ponderando suas necessidades, perspectivas, e sua atuação na busca da informação.

Ao realizar a revisão de literatura constata-se que as pesquisas que se objetivam em estudar o vínculo do usuário com a informação possuem diferentes aspectos e designações. Em referência a isso Ribeiro e Costa (2011, p. 8) afirmam que “o que se nota na literatura de estudos de usuários da atualidade é uma diversidade de subtemas e de grupos de usuários em evidência.” Essa diversidade pode ser verificada em artigos publicados na esfera digital. Ainda segundo estudos realizados por Gasque e Costa (2003, p. 55) comportamento informacional e estudo de usuários envolvem alguns conceitos como:

- a) necessidades de informação – um déficit de informação a ser preenchido e que pode estar relacionado com motivos psicológicos, afetivos e cognitivos.
- b) busca da informação – ativa e/ou passiva – o modo como as pessoas buscam informações;
- c) uso da informação – a maneira como as pessoas utilizam a informação;
- d) transferência da informação – o fluxo de informações entre as pessoas;
- e) estudos dos métodos – identificação dos métodos mais adequados a serem aplicados nas pesquisas.

O estudo sobre comportamento informacional pode ser mais generalizado, visando abranger todos os aspectos do comportamento dos indivíduos com relação à informação, ou seja, a necessidade, a busca, o acesso e uso da informação. Contudo, compreender esses elementos é de grande importância para se chegar ao enfoque do tema proposto (comportamento informacional). Portanto, na fase inicial da pesquisa foram abordados alguns elementos importantes para o desenvolvimento



do mesmo, a saber: a necessidade de informação, a busca por informação e as abordagens de comportamento de busca por informação.

## **2.1 Necessidade de Informação**

A obtenção da informação ocorre por meio de um processo, que começa no momento em que o usuário da informação, inesperadamente se depara com um problema e não possui a informação necessária para a solução. Neste aspecto, ele sente a necessidade de obter uma nova informação para solucionar seu problema. Nesta perspectiva o estudo sobre a necessidade de informação nos possibilita compreender melhor o comportamento no processo de busca da informação. Entretanto, é imprescindível ressaltar que o conceito de necessidade de informação não é uma tarefa fácil, ele surge de um “processo cognitivo e perceptivo que se dá em meio a diferentes estágios da cognição gerenciada”. (BARROS; SAORIM; RAMALHO, 2008, p.174). Portanto, a necessidade de informação precisa ser observada, a fim de entender de forma mais apurada o comportamento de busca de informação.

Observa-se, neste seguimento, que a necessidade de informação se fundamenta na percepção de “um vazio cognitivo, em que perpassa incertezas, dúvidas, angústias, todo tipo de manifestação que poderá ou não canalizar forças no indivíduo para transpor tal situação.” (BARROS; SAORIM; RAMALHO, 2008, p.174). Em assim sendo, essa “necessidade de informação assume um caráter complexo e irá variar de indivíduo para indivíduo” (RIZZI, 2013, p. 31). De acordo com diferentes situações vividas pelo indivíduo, a necessidade de informação estará sempre relacionada a uma ou mais circunstâncias que acompanham este indivíduo, quer seja um fato ou uma situação que requeira informação para se decidir sobre algo.

Portanto, na localização de uma informação que lhe seja necessária, cada indivíduo apresenta um comportamento de acordo com seu contexto cultural, vez que, os indivíduos são pessoas com necessidades específicas.

[...] Pessoas com necessidades cognitivas, afetivas e fisiológicas fundamentais próprias que operam dentro de esquemas que são partes de um ambiente com restrições socioculturais, políticas e econômicas. Essas

necessidades próprias, os esquemas e o ambiente formam a base do contexto do comportamento de busca de informação. (FERREIRA, 1995, p. 6).

Vale ressaltar que as necessidades humanas são categorizadas, por sua vez Wilson<sup>1</sup> (1981) faz uma revisão de literatura sobre as necessidades humanas, e depara-se que essa conceituação é dividida pelos psicólogos em três categorias:

- a) necessidades fisiológicas, considerada as necessidades provocadas pelo organismo, como a necessidade de alimentos, água, abrigo, etc.
- b) necessidades afetivas, considerada as necessidades emocionais ou psicológicas, como a necessidade de realização, dominação, etc.
- c) necessidades cognitivas, considerada como a necessidade de planejar, aprender uma habilidade, etc.

Entretanto, ao analisar estas três categorias, Wilson (1981) observa que elas estão inter-relacionadas entre si: as necessidades fisiológicas podem desencadear as necessidades afetivas e /ou necessidades cognitivas, bem como as necessidades afetivas podem dar origem à necessidade cognitiva. E que os problemas em relação à satisfação das necessidades cognitivas podem resultar em necessidades afetivas. Partindo dessas categorias o indivíduo que busca a informação para satisfazer essas necessidades, se envolve em um comportamento de busca de informação.

Nesta perspectiva, Hollnagel (1980, p. 184) informa que a Ciência da Informação está preocupada com o uso da informação por humanos, e vem se preocupando especificamente com a forma como os seres humanos procuram informação, sistematicamente e de forma não sistemática. Para o referido autor, a base para a Ciência da Informação é, portanto, encontrada na experiência de procurar e fazer uso das informações.

Para Le Coadic (2004, p. 39), tomar conhecimento da necessidade de informação permite compreender que os usuários se envolvem num processo de busca de informação. Para o citado autor, existe uma hipótese subjacente: as pessoas têm necessidade de informação da mesma forma que necessitam das necessidades

---

<sup>1</sup> Thomas Wilson, da Universidade de Sheffield, no Reino Unido.

fisiológicas. Neste caso a necessidade de informação adquire o status de uma necessidade física fundamental. Considerando esse tipo de necessidade, surgem duas classes de necessidades:

necessidade de informação em função do conhecimento que surge da vontade de saber; e em função da ação, isto é, a informação torna-se condição necessária para o desenvolvimento de uma ação como pegar um ônibus. (RIZZI, 2013, p.31).

Em síntese, dois dos elementos que integram os diferentes conceitos de necessidade informacional podem ser reconhecidos com precisão. “O primeiro deles é que há sempre implícito um motivo ou propósito. O segundo é sua natureza de processo cognitivo, que diferenciaria as necessidades informacionais das fisiológicas, por exemplo” (SILVEIRA; ODDONE, 2007, p.120), portando, é possível afirmar com segurança que as necessidades de informação nascem motivadas por determinado objetivo e também por processo mental.

## **2.2 Comportamento Informacional**

A necessidade humana em buscar determinada informação está diretamente ligada ao seu comportamento de busca, essa busca é realizada de modo a preencher a necessidade de informação do pesquisador, sendo que cada pesquisador se comporta de maneira particular diante do grande volume informacional dispostos nas diversas unidades de informação.

Ao deparar-se com uma necessidade de informação, o usuário se comportará de maneira particular para buscar determinada informação e, por conseguinte, fazer uso da informação. Para Wilson (2000, p.49) comportamento informacional é a totalidade do comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo a busca de informação de forma ativa e passiva, além do uso da informação, ou seja, inclui a comunicação pessoal e presencial, assim como receptividade passiva de informação como, por exemplo, assistir a anúncios de televisão, sem qualquer intenção para agir na informação oferecida. Em conformidade Fialho e Andrade (2007, p. 21) definem a conduta humana como

[...]o estudo da interação entre pessoas, os vários formatos de dados, informação, conhecimento e sabedoria, nos diversos contextos em que interagem. O campo da conduta informacional humana remete a conceitos como contextos informacionais das pessoas, necessidades de informação, comportamentos de busca da informação, modelos de acesso à informação, recuperação e disseminação, processamento humano e uso da informação.

Conforme Wilson (2000), antes de avançar sobre o estudo do comportamento informacional, é necessário salientar algumas definições relevantes a cerca dessa temática, tais como: comportamento informacional; comportamento de busca por informação; comportamento de pesquisa de informação; comportamento de uso de informação. esses tipos específicos serão contextualizados a seguir:

- a) **comportamento informacional** (*information behavior*): neste aspecto Wilson conceitua o comportamento informacional de forma mais abrangente como, o total do comportamento humano de forma geral, em relação ao uso de fontes e canais de informação, é considerado tanto o comportamento de busca ativo, quando há intenção de obter determinada informação como, por exemplo, em uma conversa presencial ou em uma pesquisa na internet, e quanto ao recebimento passivo de informação, sem que haja intenção de buscar ou utilizar essa informação recebida como, por exemplo, ao assistir anúncios na televisão;
- b) **comportamento de busca por informação** (*information seeking behavior*): é a busca de forma intencional partindo de uma necessidade informacional a fim de obter o objetivo de sua pesquisa. Neste sentido, existe por parte do usuário uma busca ativa no sentido de satisfazer sua necessidade informacional;
- c) **comportamento de pesquisa de informação**: (*information searching behavior*) o “nível micro” do comportamento, em que o indivíduo interage com sistemas de informação de todos os tipos, seja no nível da interação humano-computador (uso do *mouse*, clicagem em *links*) ou no nível intelectual, quando o indivíduo utiliza suas próprias estratégias de pesquisa (operadores booleanos, critérios de seleção etc.);
- d) **comportamento de uso de informação** (*information use behavior*): constitui o conjunto dos atos físicos e mentais, e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo, ou seja, o indivíduo se torna

seletivo no uso da informação, sendo assim, ele é responsável por selecionar o que achar pertinente ao seu próprio conhecimento.

Seguindo a linha dessas categorizações de comportamento informacional, descrita por Wilson (2000), é possível compreender a conjuntura do comportamento informacional, através da conduta humana. O comportamento informacional envolve as ações de busca, entendimento cognitivo, uso e transmissão da informação. Os usuários são motivados a pesquisar, a fim de adquirir novos conhecimentos, impulsionados através das suas necessidades de informação. O comportamento informacional começa através de uma necessidade de informação, processo que inicia a busca de informação, e é esse processo que possibilitará corresponder ou não a necessidade de informação do usuário.

Referindo-se à origem dos estudos sobre comportamento informacional constata-se de acordo com Wilson (2000) que ele começa a ser observado em 1948 na *Royal Society Scientific Information Conference*, que teve como marco inicial o estudo moderno sobre comportamento de busca por informação. Contudo, Wilson (2000, p. 50) salienta que esta Conferência foi o verdadeiro marco inicial de uma preocupação em compreender como as pessoas utilizavam as informações.

Segundo Figueiredo (1979, p. 49), os dois primeiros estudos empíricos sobre comunidade datam de 1908 e 1919, no entanto, os estudos pioneiros, clássicos, de caráter científico, foram os de Gray e Monroe (1929): “Interesse de leitura e hábitos de adultos” e o de Waples e Taylor (1931) “Sobre o que as pessoas querem ler”. Esses estudos se multiplicam nos anos 1930 como instrumento de administração de bibliotecas, porém mais como tarefa acadêmica dos peritos da Escola de Chicago do que como uma atividade dos bibliotecários.

De acordo com Araújo (2008) há um relativo consenso, na literatura, sobre os estudos de usuários da informação, quanto à origem destes estudos. Para o referido autor dois marcos são considerados: o primeiro, a fundação da Graduate Library School da University of Chicago na década de 1930; o segundo, na mesma época, Chicago teve uma “assombrosa taxa” de crescimento populacional, em virtude de uma imigração em massa, de povos provenientes de diversas partes do mundo, que

levou tanto o poder público quanto as instituições acadêmicas a estimulação de processos de socialização da população, dentre os quais estavam as bibliotecas que começam a desenvolver estudos de usuários para conhecer esses imigrantes, como forma de cumprir o objetivo de atrair os imigrantes para conhecê-los, fornecendo-lhes determinadas fontes de informação para entenderem a “sociedade americana”.

Segundo Bari (2013), a partir daí surgiram outros estudos enfocando o “não-usuário” da biblioteca, assim como as características sociais e a leitura dos indivíduos. Com ênfase no hábito da leitura e no uso da biblioteca ainda constantes nos anos 40, esses estudos continuam a ser aplicados nos anos 50 e subsequentes. Nos anos 60 se destacam os trabalhos publicados pela *American Library Association* (ALA), em especial um manual para estudo das necessidades e da educação de adultos.

Estes estudos atualmente visam descrever as diversas maneiras pelas quais nós seres humanos interagimos diante da busca de informação. Em particular, as maneiras pelas quais as pessoas procuram e utilizam a informação, vez que os estudos estão diretamente ligados ao procedimento de busca da informação. Com o estudo dessa temática é possível perceber a sua relevância para o pesquisador, principalmente. No que se diz respeito à perspectiva de atingir os objetivos da sua pesquisa.

Deste modo, o comportamento de busca da informação irá influenciar os resultados da pesquisa, motivo pelo qual é necessário compreender se o pesquisador é competente ao realizar alguns procedimentos básicos na busca da informação, a fim de satisfazer sua necessidade de informação e assim adquirir o conhecimento que busca.

De início, é interessante destacar o que Bartalo (2013, p.13) destaca que “para alcançar determinado propósito, o indivíduo deve estruturar sua necessidade informacional por meio de uma atitude reflexiva quanto ao que deseja saber, e avaliar o que é útil na informação que encontra, tendo em conta o que necessita” Portanto o usuário se comporta de maneira particular na busca da informação que necessita.

Mediante tais considerações, compreende-se que comportamento informacional analisa: o contexto do usuário e suas necessidades informacionais, que origina o comportamento informacional; as maneiras de busca que o usuário utiliza para satisfazer a sua pesquisa, e assim satisfazer-se de modo a adquirir conhecimento. Segundo diversos autores que estudam comportamento informacional esses são elementos basilares para a literatura da área, no se diz respeito à importância de tornar evidentes os fatores e ações concernentes ao comportamento informacional.

Nesse sentido, o comportamento informacional deve ser analisado a fim de simplificar a maneira pela qual o usuário se comporta em buscar informação de forma rápida e eficaz. O comportamento informacional tornou-se um objeto de estudo essencial para a Ciência da Informação, visto que é através do estudo do comportamento informacional do usuário que os profissionais da Ciência da Informação podem perceber a gama dos tipos de pesquisas conduzidas pelos usuários e assim perceber compreender a relação dos usuários com a informação.

Desta maneira, as unidades de informação devem estar atentas ao comportamento de busca dos usuários, para que à medida que se busque se obtenha êxito em suas pesquisas, destaca-se também o papel do bibliotecário como mediador bilateral desse estudo, entre o usuário e as unidades de informação, de um lado poderá guiar o usuário ao melhor caminho para atender as suas necessidades de informação, bem como servirá como guia para as unidades de informação para atender a necessidade dos usuários e assim disponibilizar facilitar a recuperação da informação.

Ainda no que se refere à parte organizacional, utilizar a informação e saber como os usuários fazem o uso da mesma, é compreender seus pensamentos, atitudes, habilidades diante da necessidade de busca de informação.

Na difusão do comportamento informacional Thomas Wilson é um dos autores que mais impulsiona a evolução dos estudos sobre o contexto do comportamento informacional. Wilson , ainda em sua fase de doutoramento, publicou diversos artigos sobre a temática e criou seu primeiro modelo de comportamento, em 1981.

## 2.3 Busca por informação

Conforme Rizzi (2013, p. 32) “na atualidade, a busca por informação se configura como um processo complexo que envolve o desenvolvimento de estratégias para seleção da informação contida em diferentes fontes e veiculadas por diversos canais”. Sendo assim, o processo de busca por informação, para Brum (2008, p.39) é considerado como “um esforço consciente para obter informação em resposta à necessidade ou à lacuna existente em seu conhecimento”. Logo, a busca por informação é um processo ativo que é iniciado através de um comportamento informacional, incitado por uma necessidade de informação.

Deste modo, é através da busca da informação que as pessoas localizam a informação que desejam, e é nesse processo de busca que cada indivíduo apresenta um comportamento ímpar, de acordo com sua formação pessoal (sua biografia e socialização), sua formação educacional, sua experiência profissional, seu histórico cultural e, por fim suas experiências de vida.

Logo, ao explorar o comportamento de busca por informação deve-se compreender que os usuários são indivíduos que, em determinados contextos, sofrem influência do mesmo no processo de obtenção da informação, pois a informação é insumo basilar nas atividades cotidianas.

Entretanto, cada indivíduo possui suas próprias estratégias no processo de busca de informação, vale ressaltar que cada informação terá um sentido único e discrepante a depender de cada indivíduo. Segundo Rouse e Rouse<sup>2</sup> (1984, p.129 apud FERREIRA, 1995, p. 7), o ser humano raramente busca informação como um fim em si mesmo. Ao contrário, ela é parte de um processo de tomada de decisão, solução de problemas ou alocação de recursos.

Portanto, qualquer tentativa de descrever padrões de busca de informação deve admitir o indivíduo como o centro do fenômeno e considerar a visão, necessidades, opiniões e problemas desse indivíduo como elementos significantes e influentes que merecem investigação. Necessidades de informação, ainda, devem ser definidas em nível individual, destacando-se

---

<sup>2</sup>ROUSE, W.B.; ROUSE, S.H. Human information seeking and design of information systems. **Information Processing and Management**, v. 20, n.1-2, p. 129-38, 1984.



atenção para o tempo e espaço específicos experimentados pelo elemento em particular. (FERREIRA, 1995, p. 7).

Note-se, segundo Ferreira (1995), que a própria atividade de se buscar por informação é caracterizada como um processo em si mesmo. É um processo dinâmico, no qual os métodos, as técnicas e os critérios utilizados para acessar, selecionar, rejeitar e/ou descartar informações variam com muita frequência, são dependentes de resultados rápidos, são fatalmente relacionados com os hábitos pessoais e com as experiências de vida do indivíduo e, principalmente, com suas necessidades informacionais que precisam ser atendidas de forma eficiente e eficaz.

Dessa maneira, a busca de informação configura-se como um processo comportamental, caracterizado pelo indivíduo e pelo contexto em que está inserido. Wilson (2000) intencionou fazer uma distinção entre comportamento de busca por informação (busca ativa e intencional partindo de uma necessidade) e comportamento de pesquisa de informação (interação com sistemas de informação).

Para Crespo e Caregnato (2006, p. 31) “o comportamento de busca de informação é direcionado para as ações realizadas pelos indivíduos visando a localizar o que procuram. Para tanto requer-se a execução de várias atividades”. Nesta perspectiva, para Marchionini (1998 apud CRESPO; CAREGNATO, 2006, p. 31) a busca de informação é motivada pelas percepções do indivíduo a respeito das questões que necessita pesquisar, sendo esta busca composta por diversos estágios, a saber:

- a) reconhecimento e aceitação do problema de informação;
- b) definição e entendimento do problema;
- c) seleção das fontes de informação;
- d) formulação da pergunta;
- e) execução da pesquisa;
- f) verificação dos resultados;
- g) extração da informação.

Neste sentido, Crespo e Caregnato (2016, p. 31) afirmam que “vários fatores podem interferir no comportamento de busca e uso de informação, auxiliando ou não o indivíduo a suprir suas necessidades informacionais”, dentre eles estão as barreiras pessoais e interpessoais, como também as barreiras do meio ambiente no qual está inserido, revelando, pois que o atendimento à necessidade de informação do

indivíduo não depende apenas da busca, mas de uma série de fatores intervenientes.

Após a apresentação dos contextos sobre necessidades de informação e comportamento informacional apresentam-se no próximo capítulo os modelos de comportamento informacional, em especial o de Wilson, de 1981, o de Brenda Dervin, de 1983, o de Ellis, de 1989 e Ellis, Cox e Hall, de 1993, o de Carol Kuhlthau, de 1991, e o de Wilson, de 1996.

### **3 MODELOS DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL**

Modelos são esquemas que possibilitam representar fenômenos ou conjuntos de fenômenos e, eventualmente, a previsão de novos fenômenos ou propriedades, tomando como base certo número de leis, em geral ou testadas experimentalmente (HOUAISS, 2006).

Para Wilson (1999), modelo pode ser descrito como uma estrutura para pensar sobre um problema, podendo evoluir para uma declaração das relações entre proposições teóricas. Em princípio, os modelos de comportamento geralmente são apresentados em forma de diagramas, esses diagramas tentam descrever uma atividade de busca de informação.

As abordagens de comportamento de informação geralmente são consideradas como modelos, pois se concentram em problemas específicos. Aqui serão explicitados os modelos mais conhecidos e que exerceram e exercem grande influência, e que vem sendo propostos desde a década de 1980, a saber: o modelo de Wilson de 1981; o modelo de Dervin, de 1983; o modelo de Ellis, de 1989 e o modelo de Ellis, Cox & Hall, 1993; o modelo de Kuhlthau 1991; e o Wilson, de 1996.

#### **3.1 Modelo de comportamento informacional de Wilson, 1981**

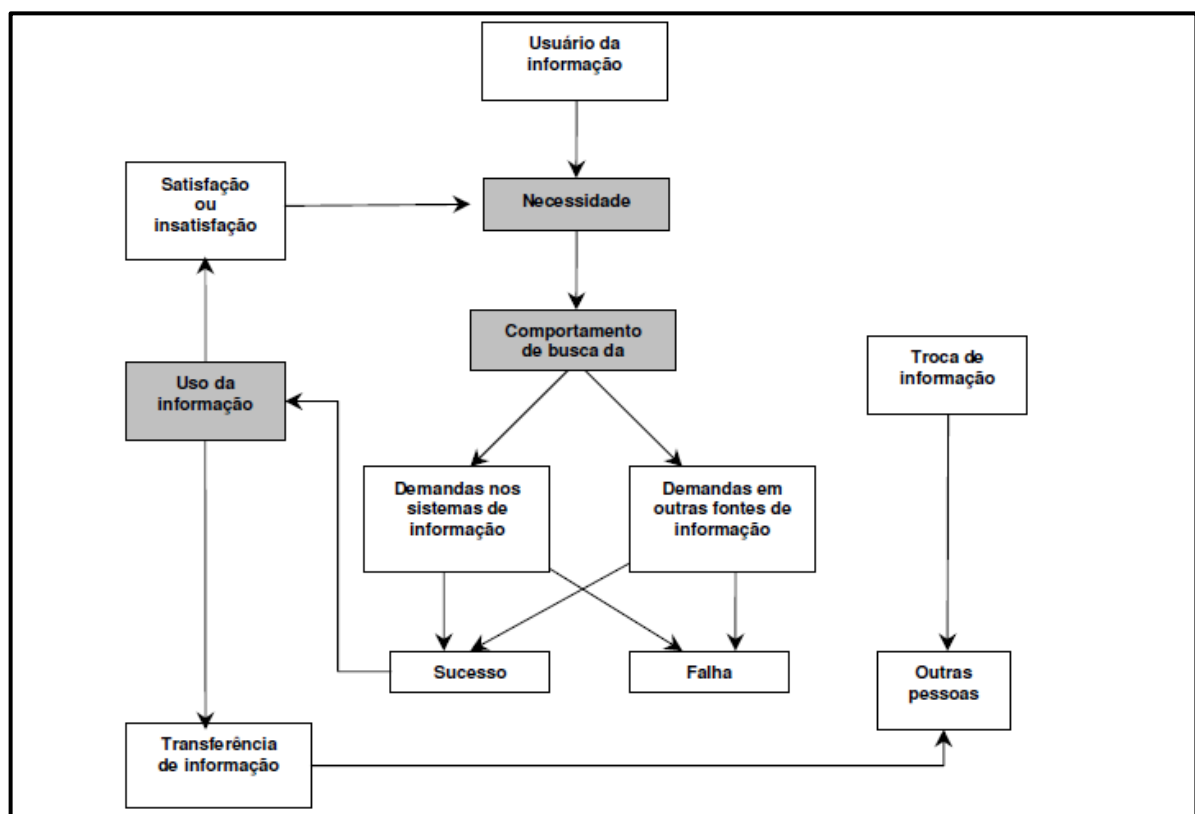
O modelo de comportamento informacional formulado por Thomas Wilson foi publicado em 1981. Esse modelo é baseado em duas principais proposições: primeiro é que a necessidade de informação do indivíduo não é uma necessidade primária, mas uma necessidade secundária, que surge a partir de necessidades básicas; segundo é que no esforço de encontrar informações para satisfazer uma necessidade, o pesquisador provavelmente encontrará barreiras de diferentes tipos.

Wilson baseou-se em definições psicológicas, propondo que as necessidades básicas possam ser definidas como fisiológicas, cognitivas e afetivas. Nesse modelo proposto, utiliza de um estudo aprofundado que emprega diferentes teorias originárias de várias áreas tais como a Ciência da Informação, a Psicologia, a Comunicação, dentre outras. Estão, portanto, diretamente associadas à

personalidade do indivíduo, aos papéis que ele desempenha na sociedade e aos vários cenários ambientais, sejam eles econômicos, tecnológicos e políticos, que influenciam os diferentes papéis sociais que ele desempenha, para estudar o comportamento de busca de informação. Esse modelo é exibido de forma simplificada, mesmo sendo considerado como um modelo grosseiro de busca de informação.

Em síntese esse modelo de Wilson resalta que a informação é uma necessidade secundária, produzida partir das necessidades primárias e a segunda enfatiza que os pesquisadores ao buscarem informações encontram barreiras que podem dificultar a busca da informação desejada, se tratando da fragilidade desse modelo pode-se dizer que as hipóteses são apenas implícitas e não explícitas. No entanto as fragilidades desse modelo encorajam o pensamento sobre os tipos de elementos que um modelo mais completo deve incluir. (WILSON,1999).

Figura 1 - Primeiro modelo de Wilson - 1981



Fonte: BRUM (2008).

Nesse modelo diagramado por Wilson em 1981 o comportamento de busca é o centro do processo, que é iniciado pelo usuário da informação, que identifica uma necessidade de informação. Para dar seguimento a esse processo o usuário necessita demandar por informação nos sistemas de informação ou demandar em outras fontes de informação, cujo processamento pode ser considerado como um sucesso ou pode surgir falha. No caso de uma ação bem sucedida este usuário fará uso da informação e, portanto, se dará por satisfeito e então o ciclo será encerrado; caso contrário ficará insatisfeito, então a necessidade de informação será reavaliada e todo o procedimento será reiniciado, até a satisfação final do usuário da informação. Quanto ao uso da informação, é evidente um procedimento de transferência e/ou troca da informação, numa ação que invariavelmente envolverá outras pessoas.

### **3.2 Modelo de comportamento informacional de Brenda Dervin, 1983**

O modelo criado por Brenda Dervin em 1983 é construído a partir de um quadro de referências internas, que tem por antecedentes suas experiências, conhecimentos e significados interiorizados a partir de observações da sua própria realidade, além de um cenário sociocultural e profissional, no qual o indivíduo encontra-se inserido.

Desta forma, o indivíduo cria sentido (elabora significados) através de um processo cognitivo lógico de percepção, seleção, análise, compreensão, interpretação da realidade e de mundo em que habita. Ao se deparar com essa realidade ele, ao longo de sua trajetória, encontra barreiras, confusões, que vão causando descontinuidades nessa realidade. Para conquistar e transcender essas descontinuidades, o indivíduo dispensa seus referenciais (esquemas interiores). Porém quando esses esquemas internos não lhe consentem atravessar as barreiras identificadas, se faz necessário adotar outro processo de busca por uma nova informação.

Nessa perspectiva insere-se a abordagem de criação de significado ou abordagem do “fazer sentido” (*sense-making*), desenvolvida pela professora Doutora Brenda Dervin no ano de 1983. Sua abordagem analisa como o indivíduo distingue uma descontinuidade ou ausência de habilidade para atuar e compreender no processo

de busca da informação, devido a sua falta de informação e como proceder na busca de informação a fim de satisfazer sua necessidade informacional.

O *sense-making* é a abordagem da “construção de sentido” foi desenvolvida ao longo de vários anos. Wilson (1999) ressalta que essa abordagem não se resume apenas a um modelo de comportamento de busca de informação, que de acordo com a própria Dervin (1983) é “um conjunto de pressupostos, uma perspectiva teórica, uma abordagem metodológica, um conjunto de métodos de pesquisa e prática”. Nessa abordagem a citada autora explica que esse modelo foi projetado para lidar com informações percebidas como uma ferramenta humana projetada para fazer sentido em uma realidade assumida como caótica e ordenada. Face ao exposto, o *sense making* é entendido como um instrumento humanístico com o propósito de fazer sentido no contexto informacional.

De acordo com Ayoma (2011) a abordagem *Sense-Making* apresentada por Dervin é a mais abrangente dentre as novas metodologias de estudos de usuários, e foi apresentada ao público em 1983. Esta abordagem compreende o conjunto de premissas conceituais e teóricas utilizadas para analisar como as pessoas constroem sentido nos seus mundos e como elas fazem uso da informação e outros recursos nesse processo.

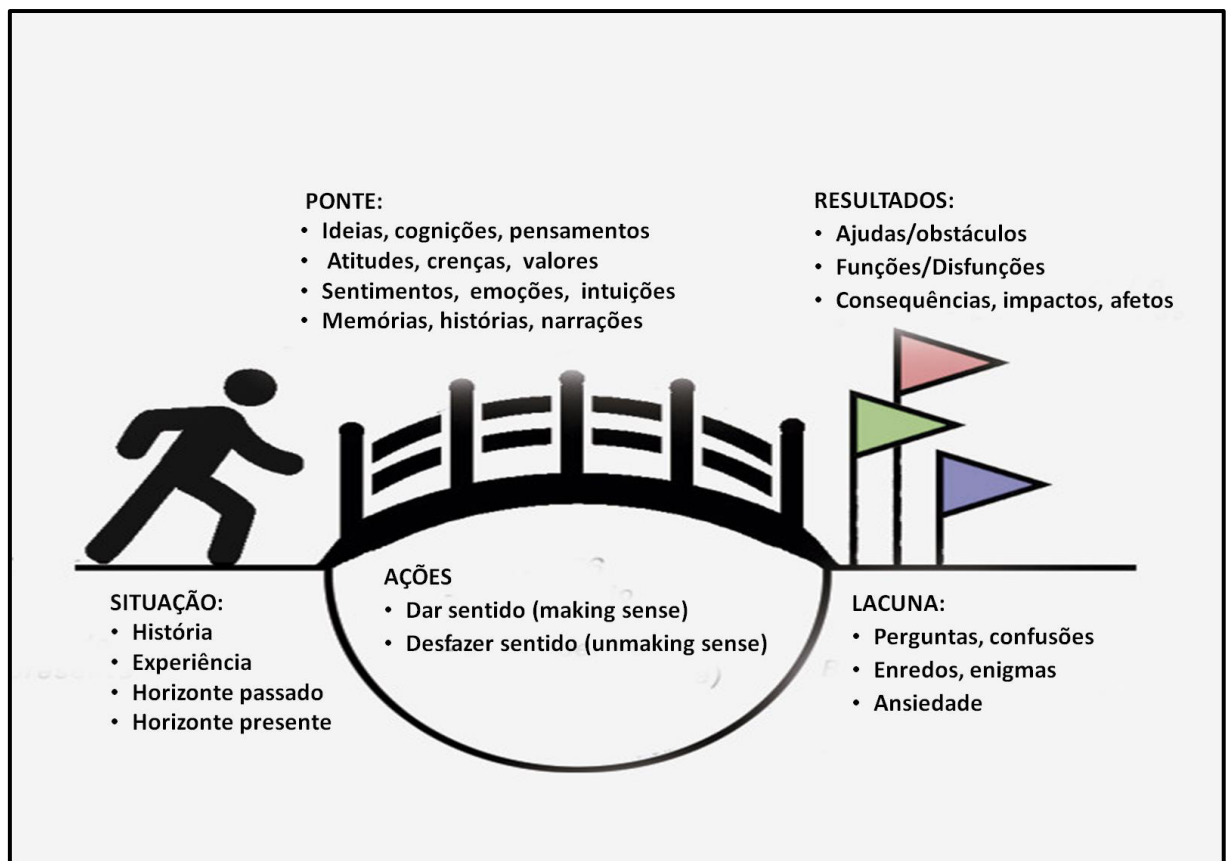
Para Rizzi (2013, p.40) *sense-Making* é o termo utilizado para “um conjunto coerente de conceitos e métodos utilizados para estudar como as pessoas constroem o mundo dos sentidos e, em particular, como são construídas as necessidades e os usos de informação no processo de fazer sentido”. A abordagem do *sense-making* é baseada em vários pressupostos, um deles é que o indivíduo interage com a realidade, de modo incompleto e inconstante, cheio de descontinuidades fundamentais e de lacunas, deste modo as coisas estão sempre em constante mudanças.

Neste sentido, percebe-se que a informação não é um acontecimento que existe de forma independente e externa aos seres humanos, mas ela é um produto originado da observação humana, da mesma forma que a observação é conduzida pela mente humana; esta orienta a seleção do que deve ser observado, como observar, e como

interpretar o produto que foi devidamente observado. Segundo Rizzi (2013), a produção da informação é internamente guiada e, em assim sendo, toda informação será subjetiva.

Brenda Dervin para construir sua teoria, elaborou uma metáfora para a criação de significado, na qual o indivíduo movimenta-se no tempo-espço, e guia-se para frente à medida que constrói significados, conforme ilustrado na Figura 2, cujas descrições detalhadas serão apresentadas a seguir.

Figura 2 – Metáfora da lacuna na teoria do *sense-making*



Fonte: TEORÍA... (2014, tradução nossa).

Na situação apresentada na Figura 2 acima, o indivíduo representa sua história, experiências, horizontes presente e passado. A lacuna significa as perguntas, confusões, enredos, enigmas e a ansiedade por parte do indivíduo, são essas atitudes que vão representar o *sense-making*. A ponte simula as estratégias utilizadas, é nessa fase que o indivíduo mostrará seu estado cognitivo por meio das

suas, ideias, pensamentos, atitudes, crença, valores, sentimentos, emoções, intuições, memória, histórias e narrações.

### 3.3 Modelo de comportamento informacional de Ellis, 1989 e Ellis, Cox e Hall, 1993

O modelo de Ellis de 1989, como um modelo baseado em aspectos cognitivos da busca de informação, diferentemente dos modelos proposto anteriormente, Ellis não traz consigo um modelo em forma de diagramas, mas sim caracterizado por conter categorias gerais. Os modelos de comportamento de busca e uso de informação, sinalizados anteriormente são elaborados a partir de estudos com grupos de usuários específicos. (WILSON,1999).

No modelo de (1989) Ellis estudou grupos de cientistas sociais de vários departamentos da Universidade de Sheffield, no Reino Unido. Neste contexto Ellis (1989) estrutura inicialmente seu modelo em seis categorias básicas: inicialização; encadeamento; navegação; diferenciação; monitoramento; extração. As características dessas categorias estão descritas isoladamente, a seguir:

- a) **inicialização:** refere-se às atividades iniciais da busca de informação, o indivíduo começa a realizar a busca pela informação, identificando as fontes que lhe interessam, permitindo de certa forma uma visão geral do assunto a ser estudado. É na inicialização, que o pesquisador amplia o seu conhecimento por meio de diferentes etapas iniciais, por exemplo, conversa com colegas, consultas a literatura da área, busca em índices, levantamento bibliográfico, entre outras fontes.
- b) **encadeamento:** refere-se ao conjunto de estratégias que o indivíduo desenvolve na busca por informação, através das ligações entre citações de autores dentro de determinado texto, notas de rodapé, dentre outros recursos, que o leva a outros conteúdos relevantes. Os encadeamentos são responsáveis por permitir fazer ligações e relações entre fontes, e dessa forma tentar encontrar algo a mais a respeito da informação pesquisada.



- c) **Navegação:** refere-se à realização da busca semi-direcionada e semi-estruturada em fontes potenciais escolhidas pelo pesquisador. Conforme Naves (1998) e Tabosa e Pinto (2013) a navegação é uma atividade não orientada, não programada, informal, não sistemática, ou seja, é quando, por exemplo, o usuário caminha entre pela biblioteca entre as estantes do acervo, apenas olhando as lombadas dos livros, folheando-os, sem uma análise profunda do material.
- d) **Diferenciação:** refere-se ao saber diferenciar diversas fontes de informação com o seguinte objetivo de selecionar o material analisado. Nessa característica o usuário avalia aspectos como tipologia de conteúdo e importância do material por meio de comparações. O usuário filtra e seleciona as fontes de informação que o interessam. Por meio da diferenciação, o usuário avalia o tipo de conteúdo e decide pela relevância ou não do material (TABOSA; PINTO, 2012).
- e) **Monitoramento:** refere-se às ações de rastreamento, o usuário visa observar atualizações nas fontes informacionais de seu interesse, por exemplo, o acompanhamento das publicações em determinada base de dados que permitem que o usuário crie e gerencie perfis de seu interesse, é através desse monitoramento é que os sistemas se encarrega de avisar ao usuário, quando é inserido novos materiais referente ao seu perfil de interesse.
- f) **Extração:** refere-se a utilização das fontes de informação de forma sistemática do usuário, ele utiliza sistematicamente as fontes de informação tidas por ele como essenciais. Compreende exatamente a etapa do uso da informação e é considerada a atividade mais focada e direta, na qual o usuário tende a permanecer mais tempo (TABOSA; PINTO, 2012).

Conforme mencionado, Ellis (1989) desenvolveu seu modelo de comportamento de busca e uso da informação, baseado no estudo do comportamento de cientistas sociais. Posteriormente o modelo original de Ellis foi ampliado por ele mesmo em

conjunto com Cox e Hall (1993), ultrapassando de seis para oito categorias, portanto foram adicionadas mais duas categorias: a verificação e a finalização, cujas características isoladas serão apresentadas da seguir:

- g) **Verificação:** Refere-se à conferência da veracidade das informações encontradas. Requer o cuidado de identificar possíveis erros ou inconsistência na informação, checar a confiabilidade da fonte, a completeza e a atualidade da informação, verificando a precisão das informações (TABOSA e PINTO, 2012; WILSON 1999);
- h) **Finalização:** refere-se a checagem final, o usuário busca, refaz a busca de informação ao fim de seu projeto, verificando se há ou não algum trabalho similar ao seu, ou de outro que possa atrapalhar os rumos da sua pesquisa. Também pode ser definido como "amarrar extremidades soltas" através de uma pesquisa final. (TABOSA e PINTO, 2012; WILSON 1999).

### 3.4 Modelo de comportamento informacional de Carol Kuhlthau, de 1991

O *Information Search Process*, ou Processo de Busca de Informação (ISP), apresenta uma visão holística da busca de informação do ponto de vista do usuário, ou seja, procura compreender os fenômenos na sua totalidade em seis estágios, conhecidos como: iniciação, seleção, exploração, formulação, coleção e apresentação. O modelo ISP ainda incorpora três domínios de experiência: afetivos (sentimentos), cognitivos (pensamentos) e físicos (ações). O ISP difunde a busca de informação como um processo construtivista.

O desenvolvimento do ISP, como um quadro conceitual, é o resultado de mais de duas décadas de pesquisas empíricas, tendo como ponto de partida um estudo qualitativo realizado com estudantes de ensino médio. Assim surge um modelo inicial, que foi refinado através de métodos quantitativos e longitudinais e estudados em grande escala a partir de diversas amostras de usuários da biblioteca. Diversos estudos examinaram a implementação da abordagem em contextos educacionais e assim aplicaram o ISP em um estudo de caso de pessoas em local de trabalho.

Por esse ângulo, os sentimentos mudam de incerto para confiante, os pensamentos mudam de vago para mais claro e o interesse expande-se.

Em resumo nos estudos do ISP sobre a perspectiva do usuário, os sintomas afetivos de incerteza, confusão e frustração predominantes nas fases iniciais estão associados a pensamentos vagos e sem clareza sobre um tópico ou uma problemática da pesquisa, à medida que os estados do conhecimento passaram para pensamentos mais claros e com mais enfoque, uma mudança correspondente foi observada por Kuhlthau, vez que os sentimentos passaram a ser mais de confiança e convicção.

O modelo ISP visa descrever a experiência dos usuários no processo de busca de Informação como uma sequência de pensamentos, sentimentos e ações. Os pensamentos que iniciam como incertos, vagos e ambíguos, vão se tornando mais claros à medida que o processo de busca avança. Sentimentos como ansiedade e dúvida tornam-se mais confiantes e certos.

Portanto, é através das ações que os usuários buscam informações relevantes em relação aos estágios iniciais do processo de busca de informação e que sejam relacionados ao tópico geral. A partir disso que os pensamentos se alteram de incerto para confiante, os pensamentos mudam de vago para mais claro e dessa forma o interesse aumenta. Portanto, a busca por informação é um processo de estruturação que abrange toda a experiência do indivíduo, em como os sentimentos, pensamentos e ações (KUHLETHAU, 1991).

Neste contexto, Kuhlthau (1991) assinalou uma “lacuna” entre os sistemas de informação e o usuário no processo de busca de informação, já que os sistemas tradicionais eram baseados na ordem e na certeza, portanto no paradigma tradicional, ao tempo em que os problemas dos usuários são caracterizados por sentimentos, tais como incerteza e confusão.

Dessa forma, no ISP, a pesquisadora considera que “o indivíduo participa ativamente do processo, de forma que a busca por informação envolve os sentimentos, pensamentos e ações” (RIZZI, 2013, p.47). Consequentemente esse

modelo é apresentado em seis estágios: iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação, conforme mostrado no Quadro 1, a partir do qual é possível descrever os seis estágios do ISP, isoladamente, a saber:

Quadro 1 – Estágios do ISP

Estágios em ISP	Sentimentos comuns a cada estágio	Pensamentos comuns a cada estágio	Ações comuns a cada estágio	Tarefa apropriada de acordo com Kuhthau Model
1. Iniciação	Incerteza	Gerais/Vagos	Busca de informações anteriores	Reconhecer
2. Seleção	Otimismo			Identificar Organizar
3. Exploração	Confusão/ Frustração/ Dúvida		Busca de informações relevantes	
4. Formulação	Clareza	Específicos/ Claros		Formular
5. Coleta	Senso de direção/ Confiança	Aumento de interesse	Busca de informação relevante ou informação focada	Reunir
6. Apresentação	Alívio/ Satisfação ou Desapontamento	Claros ou focados		Completar

Fonte: (KUHLTHAU, 1991, p. 367, tradução RIZZI, 2013, p. 47).

- a) o primeiro é a **iniciação**, é quando uma pessoa se torna consciente de uma falta de conhecimento ou compreensão e os sentimentos de incerteza e apreensão são comuns. Para Rizzi (2013, p. 47) “os pensamentos são gerais, as ações são de busca por informações anteriores, isto é, experiências e conhecimentos que o indivíduo já possui, e a tarefa seria reconhecer a necessidade de informação”, é quando o indivíduo realmente desperta para sua necessidade de informação.
- b) no segundo estágio, **seleção**, é quando uma área, tópico ou problema geral é identificado e a incerteza inicial geralmente dá lugar a uma breve sensação de otimismo e prontidão para iniciar a pesquisa. Nesta etapa a tarefa é

“identificar tópicos com potencial de sucesso para sanar a necessidade. na medida em que a seleção é realizada, os sentimentos de incerteza dão lugar aos sentimentos de otimismo”. (RIZZI, 2013, p. 47), portanto, surge uma leve sensação de estímulo.

- c) no terceiro estágio, **exploração**, quando são encontradas informações inconsistentes e/ou incompatíveis, é quando a incerteza, a confusão e a dúvida aumentam com frequência e as pessoas se encontram "no declínio" da confiança. Para Rizzi (2013) este estágio é caracterizado pela leitura das fontes selecionadas para adquirir novas informações e relacioná-las com o conhecimento antecedente, por este motivo, a tarefa passa a ser investigatória, selecionando as fontes recuperadas para encontrar um foco.
- d) No estágio seguinte, **formulação**, quando uma perspectiva focalizada é formada e a incerteza diminui, à medida que a confiança começa a aumentar. Conforme Rizzi (2013) a tarefa desse processo é formular um foco sobre a informação encontrada, neste estágio se inicia a construção do conhecimento.
- e) no penúltimo estágio, **coleção**, quando as informações pertinentes à perspectiva focada são reunidas e a incerteza diminui mais ainda, à medida que o interesse e o envolvimento se aprofundam, vez que a tarefa desse estágio é reunir as informações relacionadas ao foco da pesquisa. É que os sentimentos de confiança e o senso de direção estão presentes.
- f) no sexto e último estágio, **apresentação**, quando a pesquisa é finalizada, os sentimentos passam a ser satisfatórios, “porém quando a informação encontrada não satisfaz a necessidade de informação, o sentimento neste momento pode ser de decepção” (RIZZI, 2013, p.48). Entretanto, é nesse estágio que os pensamentos são mais claros e focados; é quando ocorre uma redundância crescente e uma relevância decrescente nas informações encontradas, em face de uma busca resumida que normalmente é realizada.

Finalmente, a tarefa é completar a pesquisa, fazendo uso da informação e/ou apresentando os resultados encontrados. Nessa abordagem de Kuhlthau, o que se destaca é a influência direta dos sentimentos, no processo de busca por informação, perceptível em todos os seis estágios, principalmente na seleção das fontes de informação

O modelo de Kuhlthau detalha os sentimentos que acompanham os indivíduos durante todas as etapas, sendo que estes sentimentos são analisados como inerentes a um processo de busca de informação. A incerteza, a apreensão e, conseqüentemente, a ansiedade, são características importantes da fase inicial, na qual o usuário, na maioria das vezes, ainda não sabe exatamente o que precisa e os seus pensamentos são vagos e muito amplos. Na medida que[o] usuário vai identificando o que deseja, prevalece um sentimento de otimismo. Este sentimento é permeado por sensações de confusão, questionamento e também de frustração até o momento em que o indivíduo tenha condições de delimitar o foco principal de suas pesquisas (CRESPO; CAREGNATO, 2003, p. 250).

Por fim, a abordagem ISP apresenta em seus estágios trilhados pelo usuário, os sentimentos, pensamentos e ações, desde a identificação da necessidade de informação, seguindo para iniciação, seleção, exploração, formulação, coleção e apresentação. Esse modelo também permite ser aplicado em vários ambientes, independentemente de sua infraestrutura física, podendo ser aplicado até em ambientes digitais.

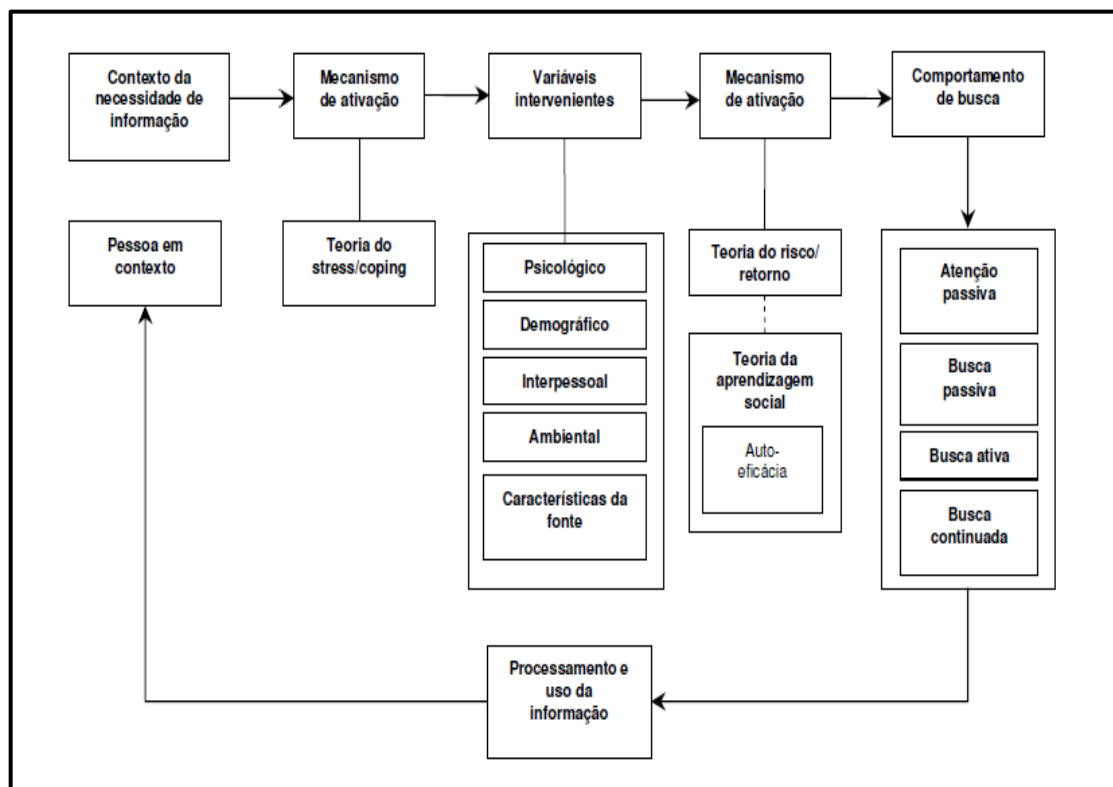
### **3.5 Modelo revisado de comportamento informacional de Wilson, 1996**

O modelo de 1996 de Wilson é uma reformulação importante comparado ao modelo criado em 1981, baseado em pesquisas de diversos campos , não ficando apenas restrito a Ciência da Informação, incluindo a tomada de decisões, a psicologia, a inovação, a comunicação sobre a saúde e pesquisa do consumidor.

Partindo da aceitabilidade do seu modelo de 1981, Wilson notou que precisava de alguns ajustes, e sentiu a necessidade de ampliar seu modelo original, nessa reformulação o foco ainda é mantido no estudo do comportamento no usuário, porém nesse novo modelo ele passou a tratar as barreiras como variáveis intervenientes esse novo modelo é apresentado na figura 3 a seguir:

Para Choo (2006, p. 81), há uma perspectiva fenomenológica na abordagem proposta por Wilson, pois “[...] Wilson acredita que os indivíduos estão constantemente construindo seu mundo social a partir do mundo de aparência que os cerca. As necessidades de informação nascem dessas tentativas de dar sentido ao mundo”. Neste modelo Wilson abrange fatores mais complexos do que os vistos em seu modelo anterior.

Figura 3 – Modelo revisado de Wilson, 1996



Fonte: Wilson (1999), traduzido e adaptado por Brum (2008).

Segundo Rizzi (2013) as relações estabelecidas entre o indivíduo e o mundo que o cerca podem ser claramente percebidas na abordagem proposta por Wilson, na qual aparecem diversas variáveis ligadas à realidade do indivíduo, como psicológicas, demográficas, ambiente de trabalhos e outras que poderão ser verificadas na Figura 3 acima.

Observa-se neste contexto, que o diagrama se inicia a partir do momento que o indivíduo desperta para uma necessidade de informação e que esta está ligada ao contexto no qual o indivíduo está inserido, com todas suas interveniências. Como

está inserido em um contexto, o indivíduo sofre influências deste contexto, representadas no modelo sob as variáveis interferentes tais como psicológicas, demográficas, as relações interpessoais, o ambiente em que vive e as características das fontes tem acesso. Identificada esta necessidade, o indivíduo parte para o processo de busca, que pode ser busca passiva, ativa ou contínua. Localizada a informação, esta será selecionada, avaliada e utilizada.

Entretanto, além das variáveis interferentes existem os mecanismos de ativação, que ativariam as relações estresse x esforço; risco x benefício e auto eficácia. Para se enveredar por um processo de busca por informação, o indivíduo precisa perceber que o esforço e o risco compensarão, pois segundo Garcia (2007) a informação obtida será eficaz para resolução do problema ou pode disparar uma nova necessidade de informação.

De acordo com Garcia (2007) esta abordagem proposta por Wilson pode ser considerada de nível macro, visto que analisa o indivíduo como parte integrante de um contexto composto por uma série de variáveis que interferem em todo processo, da identificação da necessidade, à busca e uso da informação ou na realimentação do processo.

No próximo capítulo o foco é a informação jurídica, no qual serão apresentadas as conceituações das fontes de informação jurídica, nas suas formas distintas por meio analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com a jurisprudência)",



## 4 INFORMAÇÃO JURÍDICA

Com a modernidade muito se tem evidenciado sobre o valor da informação, como principal instrumento no que se diz respeito à tomada de decisões nas organizações. No que se refere à informação jurídica é possível constatar o forte crescimento do volume documental; Passos e Barros (2009, p. 93) consideram que na prática todos os tipos de conhecimento humano estão relacionados ao direito, pois o mesmo rege a vida em sociedade, regulamentando as relações humanas, visando estabelecer a disciplina social à circulação da informação jurídica. Neste sentido, Passos (1994, p. 363) considera a informação jurídica como:

toda unidade do conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações do pensamento daqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

A informação jurídica torna-se cada vez mais constante, gerando um ambiente favorável para a sua crescente produção informacional, contribuindo assim para o desenvolvimento da ciência jurídica uma das quais, vez que esta tem crescido bastante nos últimos anos.

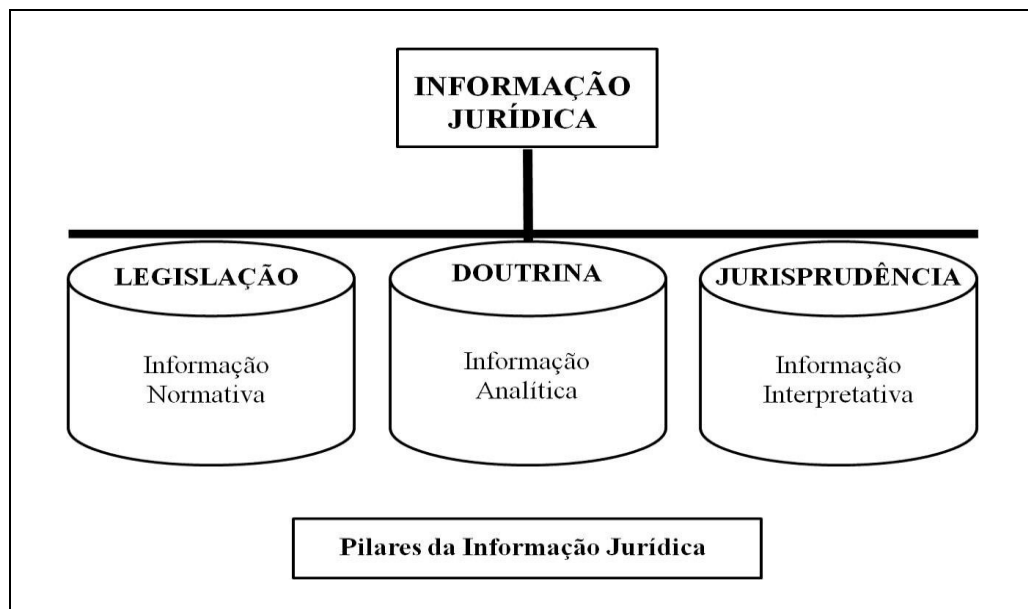
Diante disso Passos e Barros (2009) enfatizam que os profissionais do Direito como o advogado, o juiz, o professor, seja quem for que atue na área jurídica e vier a ser solicitado para dar um conselho, um parecer, uma aula, elaborar um trabalho acadêmico, promover ou julgar uma ação, eles começarão pelo levantamento das informações que lhe oportunizarão chegar-se ao caso ou da questão. Dessa forma as informações deverão ser localizadas nas fontes adequadas, visto que essas informações devem ser fidedignas e atualizadas, e assim regula as relações humanas, estabelecendo a disciplina.

No que tange à formação das fontes de informação jurídica Passos e Barros (2009, p. 94) salientam que a “informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: analítica (por meio da **doutrina**); normativa (pela **legislação**) e interpretativa (com a **jurisprudência**)”, e estas

formam o tripé básico da informação jurídica no qual se sustenta a prestação dos serviços jurídicos com especificidade, eficiência e eficácia.

Consoante Maçoli (2005, p. 76 apud SANTIAGO, 2012, p. 139-140) pode-se considerar esses três tipos como “os pilares da informação jurídica”, pois são esses que dão origem ao direito enquanto fontes formais que sustentam a produção do conhecimento jurídico. Em assim sendo, a Figura 4 exibe a constituição de base da informação jurídica em uma unidade informacional.

Figura 4 - Pilares da informação jurídica



Fonte: Maçoli (2005, p. 77 apud SANTIAGO, 2012, p. 139), adaptada por Santiago (2012).

Com base neste tríplice aspecto Medeiros, Melo e Jeunon (2007 apud SANTIAGO, p. 140) afirmam que as doutrinas, as legislações e as jurisprudências compõem o acervo fundamental de toda biblioteca jurídica.

#### 4.1 Legislação

Na contemporaneidade de um estado democrático de direito, é competência do Poder Legislativo elaborar normas que configurem o ordenamento jurídico, que é essencial para garantir a movimentação das relações sociais sob o amparo constitucional e com a segurança jurídica exigida pela sociedade, em especial pelos cidadãos, empresários, operadores da economia e agentes das instituições.

Legislação é um conjunto de leis que regulamenta um país; popularmente ela é responsável por regular a convivência social. Nasce de um processo legislativo que a partir de uma sucessão de atos, fatos e decisões de cunho político, econômico e social, formam um conjunto de leis com valor jurídico nas esferas nacionais e internacionais para garantir estabilidade governamental e segurança jurídica às relações sociais entre cidadãos, instituições e empresas. A legislação é caracterizada por Passos e Barros (2009, p. 94) por:

1. ser produzida apenas pelo poder estatal competente;
2. ser pública, ou seja, pode ser utilizada, coletada, arranjada, selecionada, ou reproduzida por qualquer pessoa apesar de o governo ter proibido a divulgação, com fins lucrativos, em outros sítios da Internet, de informações contidas na base de dados da Presidência da República e na versão eletrônica do Diário Oficial da União, como leis, medidas provisórias, decretos e portarias. Essa proibição foi estabelecida em portarias. Uma delas, a nº. 1091, de 16/6/2003, da Casa Civil da Presidência da República, exige a fonte (Presidência da República) na reprodução de dados de sua base e exige a autorização para a divulgação, no caso de mais de 20 atos distintos em volume superior a 50 cópias. A portaria da Imprensa Nacional, responsável pela veiculação da versão eletrônica do Diário Oficial, proíbe a reprodução de informações com fins comerciais;
3. ser insubstituível, pois em relação à legislação não podemos admitir similares, cada dispositivo legal é único sobre o caráter normativo que procura regulamentar [...];
4. possuir caráter imperativo, pois deve ser obedecida por todos;
5. ter caráter geral, pois se aplica a todos indiscriminadamente, apesar de existirem alguns casos de 'leis sob encomenda' que foram criadas para beneficiar uma pessoa ou grupo específico de pessoas;
6. possuir validade geográfica e temporal delimitada;
7. possuir regras próprias de redação.

Portanto, a legislação pode ser entendida como um conjunto de atos normativos que são originados de uma determinada autoridade competente para tal. É importante salientar que a lei é fonte mais importante em relação ao ordenamento jurídico; visa preencher todos os requisitos que dão segurança e certeza do sistema.

A lei também é entendida por Borges (2016) como uma estrutura base do ordenamento jurídico, que possui o dever de estabelecer regras abstratas e gerais para o futuro, sendo assim: a) as regras abstratas oportunizam a garantia e a certeza do ordenamento; e b) as gerais devem se dirigir à totalidade dos cidadãos, garantindo a igualdade do sistema. A lei exerce extrema importância para a sociedade, vez que elas são constituídas em tese pela vontade do povo quando elegem seus legisladores, e as mesmas regulam a convivência em sociedade.

A legislação é a normatização do fato social, elaborada pelo Poder Legislativo dos Municípios, Estados e União. A legislação é de regra geral formada pelos atos emanados das diversas casas legislativas, Pode ainda ser uma norma inferior (resolução, circular, portaria, instrução) emanada pelos diversos órgãos da estrutura da administração pública das três esferas citadas.

Ainda no que se refere às leis e às normas, a estrutura jurídica brasileira apresenta-se organizada de forma hierárquica, melhor dizendo, respeita um princípio hierárquico que é normalmente identificado como hierarquias das leis. De acordo com o artigo 59 da Constituição Federal de 1988 o processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções. Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. (BRASIL, 2018).

Passos e Barros (2009) complementam que esses atos legislativos, na ordem que foram descritos acima, determinam o princípio hierárquico, ressaltando a exceção das medidas provisórias, pois elas integram somente no processo legislativo. A seguir define-se brevemente os tipos de normas jurídicas segundo os citados autores.

- I. **emendas à constituição** consiste em alterações realizadas em determinado texto constitucional, de grande ou pequeno alcance, com adições, supressões ou modificações, a Constituição só pode ser emendada mediante proposta de no mínimo um terço dos membros que compõe a Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do presidente da República ou de mais da metade das assembleias legislativas. Para uma emenda ser aprovada ela necessita de dois turnos em cada casa do Congresso, com maioria de três quintos para aprovação. Vale pontuar que as emendas independem de sanção do presidente da República, por se tratar de uma competência do Congresso Nacional.
- II. **leis complementares** são atos legislativos que são admitidos somente nos casos em a própria Constituição definitivamente autorize. A lei complementar à Constituição é uma lei isolada, como o próprio nome já indica ela tem função complementar, para sua aprovação ela necessitará de dois turnos na Câmara do Deputados e em um único turno no Senado Federal, necessitando da maioria dos votos, diferente da emenda constitucional, a lei complementar necessita de sanção do presidente da República.

- III. **leis ordinárias** conhecida como leis comuns, são as leis que provenientes do poder legislativo. Sua aprovação se dará mediante em um turno de cada casa do Congresso, por maioria simples e são submetidas de sanção presidencial.
- IV. **medida provisória** são de caráter provisório editadas, pelo Presidente da República, com força de lei em situações de relevância e urgência. Devendo ser encaminhadas ao Congresso, sujeitando-se todo processo legislativo, na forma que exigem as leis ordinárias. Após a análise do Congresso, ela será transmutada em lei ordinária, caso seja aprovada.
- V. **Leis delegadas** emanam de um dos poderes mediante a delegação da competência feita pelo poder legislativo. Segundo o artigo 68 da Constituição, as leis delegadas são elaboradas pelo presidente da República, que deverá solicitar a delegação do Congresso.
- VI. **decretos legislativos** regula matérias de competência exclusiva do Congresso, tais como: ratificar atos internacionais, sustar atos normativos do presidente da República, julgar anualmente as contas prestadas pelo chefe do governo, autorizar o presidente da República e o vice-presidente a se ausentarem do país por mais de 15 dias, apreciar a concessão de emissoras de rádio e televisão, autorizar em terras indígenas a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de recursos minerais.
- VII. **resoluções** são atos vinculados à atividade privativa do Congresso, também independentes da sanção do presidente da República, tendo por base finalidades específicas. Sua aprovação se dará por maioria simples. Existem resoluções, que, apesar de não fazerem parte do processo legislativo, têm força de lei: a que institui o regimento interno do Supremo Tribunal Federal e as resoluções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral com a finalidade de garantir a execução fiel da legislação eleitoral.

Para a recuperação da legislação nos diversos sistemas Silva (2010, p. 179) orienta que inicialmente é necessário identificar de que órgão se origina a norma que se busca; uma vez identificada a origem da norma busca-se o inteiro teor nas bases de dados oficiais e nos sites que disponibilizam legislação na internet.

## 4.2 Doutrina

A doutrina abrange um conjunto de princípios que estão nas obras do direito, ela é responsável por alicerçar as teorias e analisar a ciência jurídica. Essa parte analítica da informação jurídica, de acordo com Passos e Barros (2009, p. 94) “caracteriza-se pela emissão de uma opinião particular fundamentada sobre determinado assunto. Está protegida pela lei de direitos autorais.” É, na verdade, o pensar do direito.

A definição de doutrina pode se entendida segundo Plácido e Silva (1999, p. 240 apud ANDRETA, 2004. p. 84) “conjunto de princípios expostos nos livros de direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre ciência jurídica” Ainda segundo citado autor nessa circunstância, percebe-se que cada autor, de acordo

com sua interpretação ou com suas convicções assumirá um posicionamento sobre determinado assunto.

A doutrina constitui um espaço para análise, reflexão e discussão da legislação e da jurisprudência, apontado suas virtudes e interpretações, tendo também como objetivo facilitar a compreensão dos textos e documentos legais, prestando assistência para embasamento teórico para atuações jurídicas legislativas as fontes doutrinárias são livros, artigos de periódicos, teses, pareceres e etc.

### 4.3 Jurisprudência

Historicamente o vocábulo *jurisprudência* sofreu uma variação semântica. De origem latina, formado por *juris* e *prudentia*, esse vocábulo foi empregado em Roma para denominar a Ciência do Direito ou teoria de ordem jurídica e definido como *Divinarum atque humanarum rerum notitia, justis atque injustis scientia* (conhecimento das coisas divinas e humana ciência justo e do injusto).

Silva (2010, p. 210) define jurisprudência como um “[...] conjunto de decisões acerca de um mesmo assunto ou a coleção de decisões de um tribunal”. Para Perillo (2012, p. 30) ela também “contempla a interpretação e a aplicação das leis em casos concretos que foram julgados e geraram sentenças”, vez que a jurisprudência, como fonte de informação, contribui para sustentação e defesas de teses jurídicas.

Esse tipo de informação jurídica tem como características principais: ser pública, isto é, qualquer pessoa pode acessá-la e utilizá-la; ser flexível, esclarecendo os conceitos gerais relativos à norma jurídica e a adequação aos casos concretos (PASSOS; BARROS, 2009).

Segundo Santiago (2012) a jurisprudência é a resolução do conflito social pelo Estado, através de um juiz, que produz decisões, sentenças, no primeiro grau, ou acórdãos nos tribunais superiores (segundo grau).

Segundo Silva (2010) as fontes formais jurisprudenciais são simbolizadas por três espécies documentais básicas: acórdãos, decisões judiciais e sentenças, dessa

forma elas funcionam como base para advogados, verificarem como alguns problemas estão sendo julgados pelos magistrados e qual é o caminho mais prudente a seguir.

No entendimento de Passos e Barros (2009, p. 70) as leis são criadas, envelhecem e, apesar de que elas permaneçam sem alterações por um longo tempo, a jurisprudência permite dá um novo contorno conforme assente determinado juízo, sendo assim as leis podem ser remoçadas de forma interpretativa jurisprudencial.

Diante de todos esses entendimentos expostos pode-se compreender que a jurisprudência é a erudita interpretação e aplicabilidade das leis a todos os casos concretos que são julgados. Ela é um conjunto de decisões secundadas de juízes e tribunais sobre alguma tese jurídica. Também a jurisprudência revela o mesmo entendimento, norteador-se pelos mesmos critérios e sendo concluído de mesmo modo.

Quanto à tipologia Santiago (2012, p. 143) de acordo com Cunha (2010) lista de forma resumida as tipologias mais comuns jurisprudências sendo elas: acórdão; decisão monocromática; sentença; súmula; súmula vinculante, listadas a seguir:

- *acórdão* é a decisão do tribunal. Peça escrita com o Resultado de julgamento de um colegiado (grupos de juízes ou ministros). Nos casos de dissídios coletivos os acórdãos são também chamados de sentença normativa;
- *decisão monocromática* é a decisão final de um processo. Tomada por um juiz ou por um ministro, como no caso do Supremo Tribunal Federal (STF); sentença é a
- *decisão* proferida por um juiz em um processo. Na Justiça do Trabalho há a sentença normativa que não é proferida por um juiz e, sim, por um colegiado, nos casos de dissídios coletivos;
- *súmula* é o resumo da orientação jurisprudencial de um tribunal para casos análogos;
- *súmula vinculante* é a súmula aprovada pelo STF, de ofício ou por provocação, mediante decisão por dois terços de seus membros, depois de reiteradas decisões sobre matéria constitucional.

Em resumo a jurisprudência não apenas se refere a apenas duas ou três decisões judiciais, mas sim uma conjuntura de julgamentos que são coerentes entre si, ou seja, que compartilhem da mesma ideia.

Após as contextualizações sobre informação jurídica e seu tripé básico, será apresentado no próximo capítulo a metodologia norteadora deste trabalho de conclusão de curso, evidenciando os métodos, procedimentos, abordagens, como também o instrumento de pesquisa e o universo pesquisado.



## 5 METODOLOGIA

A metodologia é considerada como o caminho a ser percorrido pelo pesquisador durante a pesquisa, sendo um conjunto de procedimentos aplicados para elaboração de determinado estudo. Para Santiago (2012) a metodologia de uma pesquisa envolve uma série de procedimentos que devem ser utilizados pelo pesquisador na obtenção do conhecimento.

Segundo Demo (2011) a metodologia é o estudo dos caminhos e dos instrumentos usados para fazer ciência, enquanto que para Moresi (2003, p. 79) a metodologia é “a determinação das formas que serão utilizadas para reunir os dados necessários para a consecução do trabalho”. Na verdade, é a aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que garante a legitimidade do saber obtido, pois desta forma alcança o objetivo proposto.

[Metodologia é] estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Em geral, o método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados (GERHART ; SILVEIRA, 2009, p. 11).

A metodologia também é responsável pelo trilhar do pesquisador, quando este adota métodos e procedimentos relativamente seguros e adequados para cada tipo de pesquisa. Só através da utilização destes o pesquisador terá a possibilidade de solucionar a problematização da sua pesquisa.

Vale ressaltar que, segundo Fonseca (2002), o termo metodologia origina-se do termo *methods* que significa organização, e de *logos*, que quer dizer estudo sistemático, pesquisa, investigação. Neste sentido, para o referido autor, metodologia é o estudo da organização dos métodos utilizados para se realizar um estudo ou uma pesquisa; etimologicamente, significa estudar os caminhos para se chegar a um resultado.

A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos

(métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. (GERHARDT ; SILVEIRA, 2009, p. 13).

Para que um trabalho de pesquisa tenha caráter científico, o pesquisador deverá cumprir as etapas estabelecidas pela metodologia adotada, transitando bem entre métodos e técnicas de pesquisa adequada. Nesse sentido, Tomanik (2004, p. 110) utiliza-se da seguinte argumentação:

[...] uma sequência de procedimentos, mais ou menos padronizada, que é eficaz para a realização de determinado tipo de investigação. O método é o que garante a padronização dos vários tipos de planejamento possíveis para a pesquisa. Não há um método melhor que os demais, o que há são métodos diferentes, adequados a diferentes objetivos.

Neste segmento, do caminho que vai da formulação do problema, até a apresentação satisfatória dos resultados, a pesquisa científica se desenvolve pela utilização dos conhecimentos disponíveis nas mais diversas áreas pela instrumentação de métodos, técnicas e demais procedimentos científicos que se façam necessários e oportunos. É importante lembrar que há toda uma gama de flexibilidade nessas etapas, vez que de acordo com Gil (2002) essas etapas não são rígidas, cabendo ao pesquisador adaptá-las às suas necessidades.

Nesta perspectiva, escolher os métodos apropriados é fundamental para que a pesquisa atinja os objetivos propostos inicialmente. Em assim sendo, quanto aos procedimentos esta pesquisa foi bibliográfica e quanto aos objetivos foi exploratória e descritiva. A pesquisa tem como método de procedimento, o monográfico. A abordagem foi qualitativa com traços quantitativos, vez que os dados qualitativos às vezes necessitam ser quantificados.

Na produção de conhecimento científico umas das primeiras etapas é a pesquisa bibliográfica. Essa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2009, p. 50), cuja maior vantagem é permitir ao pesquisador a “cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” Note-se que a pesquisa bibliográfica é, portanto, a primeira etapa a ser cumprida no desenvolvimento de uma pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Segundo Santiago (2012) é através da pesquisa bibliográfica que se fundamenta o trabalho de caráter científico. Portanto, se começa pelo levantamento da literatura científica disponível nas fontes informacionais, através da leitura e da análise dos trabalhos que já foram publicados. Para Cervo, Bervian e Silva (2007, 61) “é meio de formação por excelência” como também o procedimento pelo qual se busca o domínio do “estado da arte” de determinado assunto, pois procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas. A principal forma de coleta de dados é a leitura (livros, revistas, jornais, *sites*, CDs etc.), que certamente é utilizada para todos os tipos de pesquisa. Neste contexto, encontram-se as pesquisas do tipo exploratórias.

Na pesquisa exploratória se busca uma aproximação inicial com a temática pesquisada, numa tentativa de compreender e esclarecer conceitos e ideias que poderão ser utilizados em abordagens posteriores. Esse tipo de pesquisa, de acordo com Santiago (2012), não intenciona testar hipóteses, nem teorias específicas, entretanto examina as questões levantadas, a fim de tentar encontrar tendências que possam contribuir para maior conhecimento acerca do tema em estudo.

Para Braga (2007, p. 25) a pesquisa exploratória “não costuma produzir resultados muito conclusivos ou respostas para determinados problemas, mas indica pesquisas futuras”, além de ter por objetivo procurar padrões. Segundo Collis e Hussey (2005 apud BRAGA, 2007, p. 25) a “pesquisa exploratória tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um determinado problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior”, o que possibilita que esse problema seja explorado, isto é, devidamente pesquisado. Todo conhecimento científico é construído através de um processo investigativo.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2009, p. 27).

Para Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito, além de esclarecer ideias e questões que ainda não foram elucidadas, investigadas e analisadas. Em assim sendo, para Gil (2002) e Braga (2007) a pesquisa exploratória assume normalmente as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso, o que para Triviños (1987) não isenta o pesquisador da revisão da literatura, das entrevistas, do emprego de questionários/formulários etc.

A grande maioria dessas pesquisas envolve:

- a) levantamento bibliográfico;
- b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e
- c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 2002, p. 41).

Esta pesquisa configura-se também como uma pesquisa descritiva, vez que busca descrever as características de determinada população ou fenômeno, com o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2002; BRAGA, 2007). Portanto, na pesquisa exploratória e na descritiva os pesquisadores investigam o maior número possível de informações relativas ao que pretende conhecer. Para Triviños (1987) procura descrever com exatidão os fatos e os fenômenos pertinentes a determinada realidade.

Em assim sendo, uma preocupação desta investigação foi de levantar os elementos que puderam favorecer uma melhor compreensão sobre o comportamento informacional na área jurídica, através dos professores de Direito da UFS. Neste contexto, a pesquisa descritiva assume a forma de levantamento, que se caracteriza em observar, registrar e analisar os fenômenos.

A pesquisa descritiva caracteriza-se, por descrever a peculiaridade/personalidade de determinada população. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) é importante exigir do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade.

Nessa perspectiva a pesquisa descritiva é a mais adequada para descrever como os professores do curso de Direito se comportam na busca pela informação jurídica.

As pesquisas qualitativas e quantitativas são abordagens que podem ser vinculadas e complementares entre si. Neste sentido, Valentim (2005, p. 19) afirma que “a articulação da pesquisa qualitativa e quantitativa é importante, porquanto elas devem ser complementares e não excludentes.” Santiago (2012, p.161) ainda corrobora afirmando o enlace das pesquisas qualitativas e quantitativas ao contrário do que afirmam alguns pesquisadores, elas não se opõem, mas interagem e se complementam. Neste sentido a adoção da pesquisa qualitativa nessa pesquisa, irá permitir quantificar os dados qualitativos, vez que estes visam ampliar a compreensão que o pesquisador tem do fenômeno observado, procurando resgatar o que as pessoas pensam e o que entendem a respeito do tema investigado.

Nesta pesquisa para realizar a coleta de dados, foi necessário recorrer a um instrumento adequado, devidamente desenvolvido, com questões apropriadas aos objetivos propostos. Os instrumentos de coleta de dados serviram para se obter informações da realidade a ser pesquisada.

De acordo com Moresi (2003) o questionário/formulário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, que devem ser respondidas por escrito, na presença do pesquisador. Portanto, é uma interlocução planejada.

Neste contexto, foi desenvolvido um formulário semi-estruturado (Apêndice A) com base na revisão de literatura, como também na adaptação de alguns instrumentos aplicados anteriormente, tais como SANTIAGO (2012), ALBUQUERQUE (2014) e SANTOS (2015) objetivando, assim, construir um instrumento a partir de elementos já validados anteriormente.

Objetivando uma coleta de dados coerente este instrumento foi municiado de questões abertas e questões objetivas (dicotômicas e de múltipla escolha). Em uma das questões objetivas, especificamente a questão 10 foi utilizada a escala Likert de

cinco pontos. De acordo com Gonçalves (2008) utiliza-se a escala *Likert* para capturar a importância relativa de cada uma das afirmações presentes nas questões. “Os cinco níveis da escala na questão 10 foram os seguintes: “Muito frequente”, “Frequente”, “Indeciso ou neutro”, “Pouco Frequente” e “Nunca”.

Segundo Chagas (2000) nas questões abertas, os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem a escolha entre um rol de alternativas. Em diversas questões objetivas foram disponibilizados campos abertos que permitem a inclusão de texto livre para eventuais complementações ou esclarecimentos que os respondentes julgassem necessários, conforme Graeml e Csillag (2008).

Pode-se compreender, com base em Marconi e Lakatos (2009) que o pesquisador precisa sentir-se seguro quanto às perguntas ou questões do questionário. Se cada uma delas é necessária à investigação; se requer ou não apoio de outras perguntas; se os investigados possuem as informações necessárias para respondê-las.

Nesta pesquisa adotou-se inicialmente os professores do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFS como universo de pesquisa, proposto anteriormente no projeto desta pesquisa, mas no decorrer da aplicação do formulário não foi possibilitada a aplicação do mesmo, haja vista que os pretendidos pesquisados demonstraram ser inacessíveis impossibilitando a realização desta pesquisa. Assim sendo, em face desta impossibilidade optou-se por mudar o universo de pesquisa para os professores de graduação do Curso de Direito da UFS, um universo composto por 27 professores. O formulário foi aplicado durante 25 dias úteis o que possibilitou a obtenção de 17 formulários respondidos.

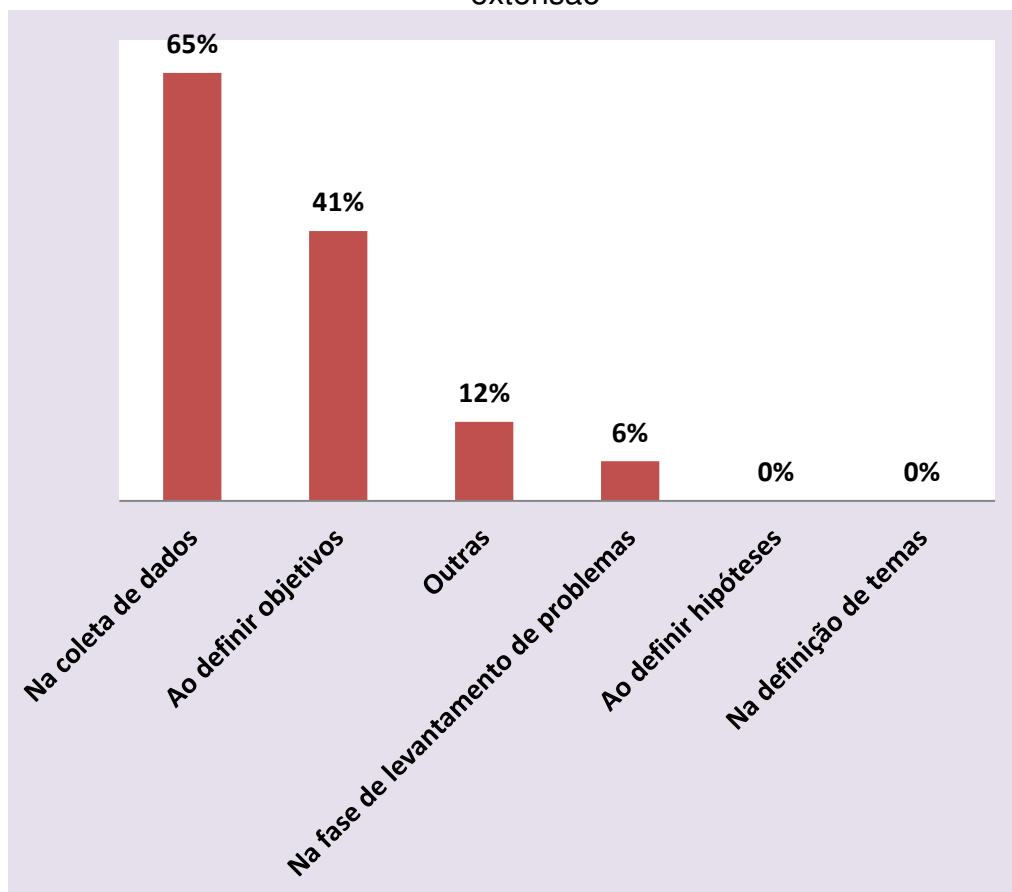
Cabe ressaltar que os questionários foram aplicados na UFS, sempre no início e/ou no término das aulas, mas nem sempre foi exitoso, vez que na aplicação do formulário alguns respondentes alegaram falta de tempo, viagens, desinteresse, entre outras justificativas.

Após a apresentação da metodologia adotada e do percurso metodológico da pesquisadora apresenta-se no próximo capítulo a análise e discussão dos dados à luz dos teóricos da área.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção é dedicada à análise e discussões dos dados, com amparo na literatura contextualizada utilizada durante esta pesquisa. Como a pesquisa objetivou analisar o comportamento de busca da informação jurídica dos professores de Direito da UFS. A análise do perfil dos respondentes foi dispensável, visto que todos são da área das Ciências Sociais Aplicadas, no âmbito da Ciência do Direito. O universo de pesquisa foi de 27 professores, sendo obtidos 17 questionários respondidos, equivalendo a 63% do total do universo da pesquisa..

Gráfico 1 – Percepção da falta de informação em projetos de pesquisa e/ou extensão



Fonte: Elaboração da autora (2018).

A primeira questão foi dedicada a falta de informação nos projetos de pesquisa e/ou extensão sendo percebida pelos pesquisadores na fase da “coleta de dados” (65%). De acordo com Passos e Barros (2009) “O acesso a instrumentos especializados para coleta de dados para investigação ou para orientação prática de assuntos



técnico-científicos é de fundamental importância”. Sendo assim a coleta de dados é uma das fases mais importantes de uma pesquisa.

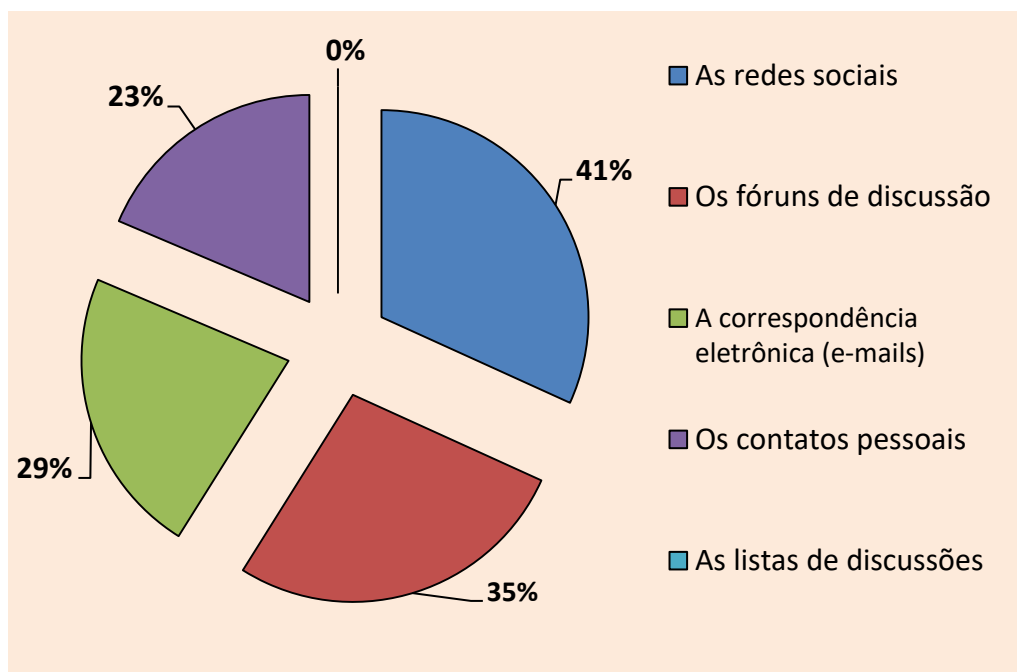
Tabela 1 – Percepção da falta de informação nas atividades didáticas

Falta de informação nas atividades didáticas	n	%
No planejamento das aulas	8	47%
É uma necessidade diária, pois isso é um processo contínuo	7	41%
No levantamento bibliográfico para planejar uma disciplina	5	29%
Para preparar aula	5	29%
Para desenvolvimento dos projetos de pesquisa	3	18%
Ao avaliar os trabalhos realizados pelos discentes	3	18%
Para fazer novas pesquisas	3	18%
Para questões surgidas no decorrer de suas atividades gerais acadêmicas	3	18%
Para buscar novos conhecimentos	2	12%
Para complementações dos trabalhos científicos	2	12%
Para questões relacionadas à área que trabalham	2	12%
Para recuperar os dados de pesquisas que já foram feitas	2	12%
Para estar atualizado	1	6%
Para dar andamento aos projetos de pesquisas	0	0%
Para formalizar uma nova hipótese	0	0%
Para preparar materiais de congresso	0	0%
Outras	0	0%

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Os dados da pesquisa apresentados na Tabela 1 referem-se à segunda questão do formulário no qual “Planejamento de aulas” (47%) foi o maior percentual sinalizado em relação à de falta de informação nas atividades didáticas. Para; Fonseca e Fonseca (2016) pode-se dizer que o planejamento de aula “envolve a especificação e a operacionalização do plano curricular e prevê as ações que o professor irá realizar tendo em vista atingir os objetivos educacionais estabelecidos, envolve a organização das atividades dos estudantes e as suas experiências de aprendizagem”. O segundo maior percentual nessa questão foi “É uma necessidade diária, pois isso é um processo contínuo”, nesse aspecto é provável que os respondentes estejam se referindo às necessidades de informação, bem como o processo constante de busca por informação.

Gráfico 2 - Canais informais de informação preferidos na busca de informação

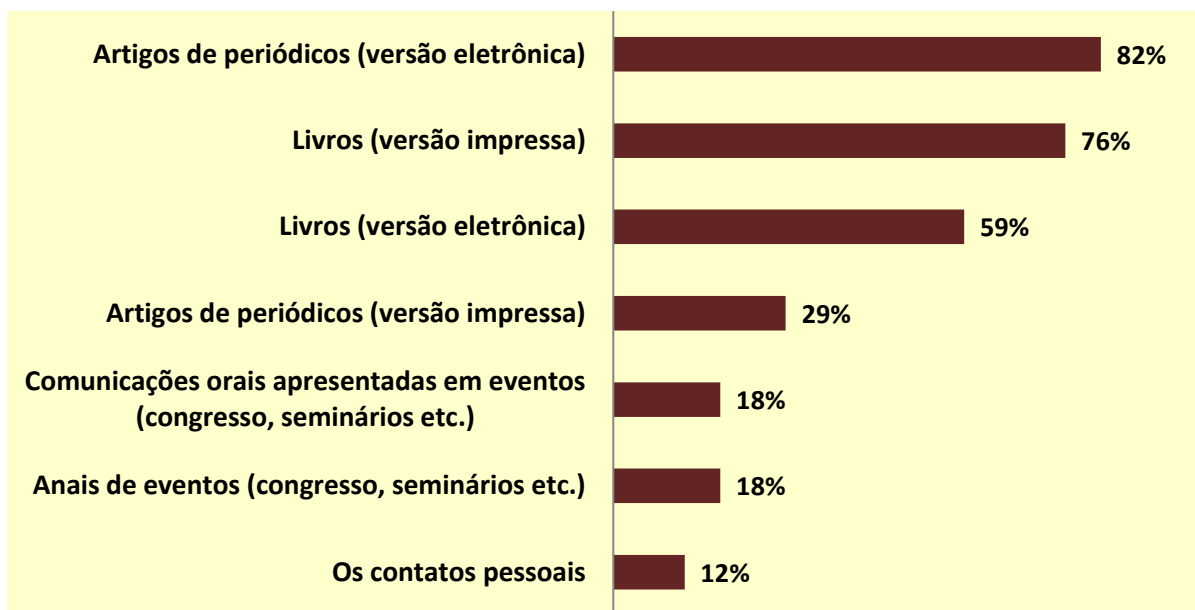


Fonte: Elaboração da autora (2018).

Quanto aos canais informais observa-se que estes não são os canais preferidos pelos pesquisados, vez que os que obtiveram maiores percentuais conforme dados constantes no Gráfico 2 foram “As redes sociais” (41%) e hoje, as redes sociais estão presentes na *Internet* e representam um meio de comunicação, interação, entretenimento e conhecimento para os usuários. As redes sociais são bem utilizadas por estabelecerem uma relação de proximidade que as páginas proporcionam aos usuários. Segundo o relatório de notícias digitais (Digital News Report<sup>3</sup>) “A paixão pelos brasileiros pelas redes sociais não mostra sinais de declínio”, o uso do *WhatsApp* e do *Instagram* cresceu, não apenas para o consumo de notícias, mas também para outras finalidades, o uso do *Facebook* para notícias continuam a diminuir, caindo de 69% para 52% em dois anos. Com (35%) de percentual “As listas de discussões” se tornou um meio de comunicação informal entre cientistas, profissionais e pessoas comuns. De acordo com Passos e Barros (2009) elas atuam como um canal de comunicação científica.

<sup>3</sup> VER: <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2018/brazil-2018/>

Gráfico 3 - Canais formais de informação preferidos na busca de informação



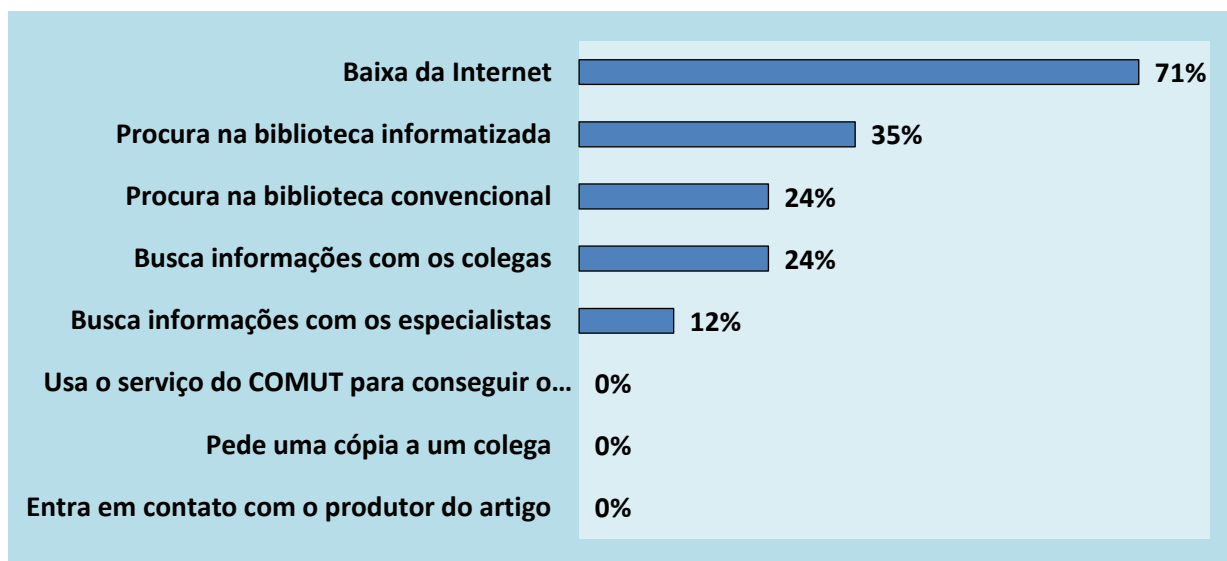
Fonte: Elaboração da autora (2018).

No tocante aos canais formais de busca de informação, o item “Artigos de periódicos (versão eletrônica)” foi o material mais utilizado pelos respondentes (82%), dado esse cujo acesso é mais fácil através da internet, que é considerada uma ferramenta que veicula de forma rápida a busca por informação, tendo capacidade de permitir uma grande recuperação de informação de forma rápida e remota, se comparada a uma busca realizada em uma biblioteca especializada, esse acesso seria muita das vezes presencial e por consequência demandaria tempo e deslocamento até a unidade de informação.

Para Sabbatini (2005) existe atualmente um consenso em que estamos num período de transição entre o modelo de publicação impressa e o modelo puramente eletrônico. Fica evidente que na mesma proporção que a internet cresce, as ferramentas de publicação multimídia se popularizam permitindo um crescimento no número de publicações existentes, dessa forma tornou o processo amplamente disponível e acessível. Sob o mesmo ponto de vista, o artigo de periódico digital se torna favoravelmente mais econômico, uma vez que não existirá o processo de impressão e distribuição. Logo, esse fato consolida ainda mais a preferência do formato eletrônico.

Porém, em contrapartida os “Livros na versão impressa” (76%) ainda estão fortemente presentes no uso e na busca de informação. Neste seguimento ainda podemos ressaltar que os livros impressos exigem um tempo para sua criação e disponibilização, ao se comparar a produção dos livros impressos e os periódicos eletrônicos. Nessa análise gráfica os livros impressos ocupam o segundo lugar em relação aos canais formais para busca de informação.

Gráfico 4 – Formas de obtenção de informação



Fonte: Elaboração da autora (2018).

A “Baixa da internet” (71%) hoje é um dos meios mais utilizados para se obter informação, esse dado está interligado ao impacto que a internet influencia no meio da era informacional. Neste sentido, Passos e Barros (2009) evidenciam o uso da informática e sua representação diretamente aliada na organização e recuperação jurídica, onde há algumas décadas, o profissional do Direito contava com poucos recursos informacionais.

Atualmente os operadores do Direito contam com diversos suportes como livros, catálogos e teses, catálogo de legislação, de jurisprudência, bibliografias, coletâneas de legislação e de jurisprudência ou base de dados que com o avanço tecnológico permite a recuperação de forma conjunta e acessível, estes atualmente estão disponíveis na internet e assim assumiram um papel de destaque. Um fator relevante na aplicação dessa questão foi o desconhecimento do serviço de

comutação bibliográfica (COMUT) por parte dos respondentes. O COMUT tem por objetivo a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços internacionais.

Os respondentes das sexta, sétima e oitava questões subjetivas foram imediatamente codificados à medida que os formulários foram preenchidos como R1, R2 e assim sucessivamente.

Na perspectiva das dificuldades encontradas em localizar/recuperar a informação com a utilização de bases de dados a maioria do grupo utiliza o portal da Capes para obter informação, alguns respondentes dizem não possuir dificuldades ao fazer uso do portal *“Não possuo dificuldades, e a base de dados que mais utilizo é o portal CAPES”* (R2, R10). Alguns respondentes (R5, R7) sinalizaram ter algumas dificuldades no acesso remoto via a Comunidade Federada (CAFe) da Capes, esta opção permite o acesso ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos disponível para cada instituição participante.

Todos respondentes não especificaram de forma concisa as dificuldades em relação à recuperação da informação, as respostas foram sinalizadas de forma generalista. Outro ponto evidenciado entre alguns respondentes (R3, R6, R9) foi a necessidade de pagamento para ter a alguns portais *“Alguns importantes portais ou revistas exigem pagamento pra acesso à base de dados”* (R9). Revistas eletrônicas também foram apontadas como base de dados, mas seus títulos não foram citadas pelos mesmos (R10, R11, R14), as *“citações incompletas”* foi sinalizada apenas por um dos respondentes (R8), a não completude das citações inviabiliza a busca pela informação.

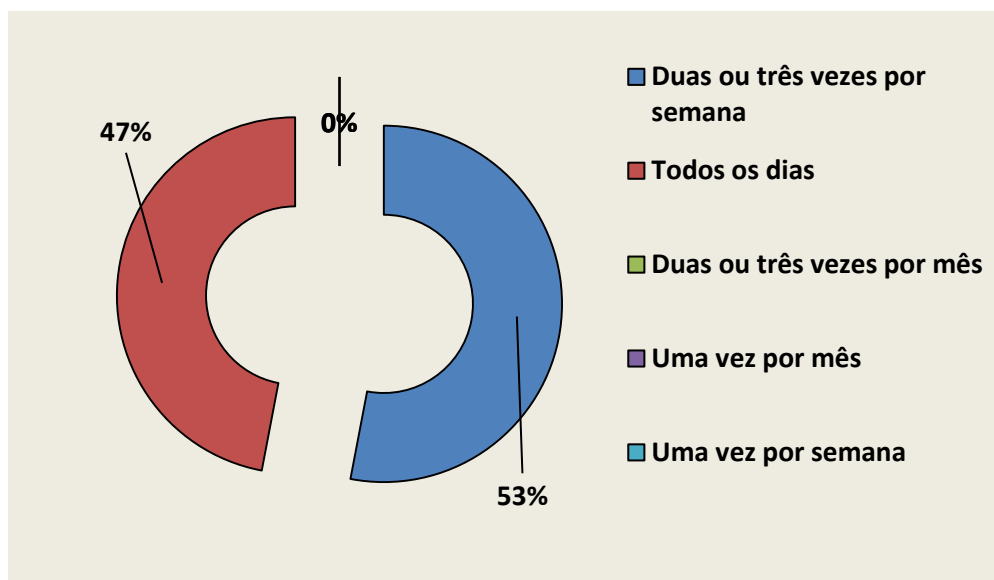
As respostas dos professores pesquisados denotam que os mesmos não possuem dificuldades significativas para a busca de informação, é provável que os mesmos saibam suprir suas necessidades de informação de acordo com seu comportamento de busca de informação nas bases de dados citadas.

No que tange os procedimentos de busca de informação para escrever um artigo ou na preparação de um trabalho a serem apresentados, os professores pesquisados

utilizam a “*Doutrina, Jurisprudência, artigos especializados da área são utilizado como fonte de informação*” (R1), Os artigos de periódicos são utilizados pela maioria dos respondentes no momento do levantamento bibliográfico. “*Busco artigos especializados*” (R3), As teses e dissertações também são citadas por vários respondentes “*Busco teses e dissertações em repositórios acadêmicos*” (R8). Para os professores (R5, R7) é importante buscar discussões de temas atuais.

“Revistas especializadas, sites de tribunais, bancos de teses e dissertações, pesquisa a respeito da biografia de certos autores da área” foi alguns canais jurídicos listados pelo (R8) que de forma igualitária alguns respondentes listaram os mesmos canais, e mais uma vez os repositórios de teses e dissertações reaparecem novamente nos dados dessa pesquisa, enfatizando sua importância em relação a pesquisa jurídicas. Outros respondentes indicarem utilizar sites especializados de acordo com a área do direito que exerce a docência como “sites especializados como o do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM)”<sup>4</sup>

Gráfico 5 - Frequência de busca por informação



Fonte: Elaboração da autora (2018).

A frequência em que se busca informação para as atividades profissionais dos professores respondentes, é visualizada Gráfico 5, que a maioria dos respondentes busca informação de duas ou três vezes por semana, através desse dado é possível

<sup>4</sup> VER <http://www.ibdfam.org.br/>

comprovar que os mesmos se mantêm atualizados no aspecto informacional a respeito da área que atuam.

Tabela 2 - Frequência de uso das fontes de informação jurídicas

Fonte / Frequência	Muito frequente		Frequente		Indeciso ou Neutro		Pouco frequente		Nunca	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Doutrina em geral.	14	82,35%	3	17,64%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Teses e Dissertações.	11	64,70%	3	17,64%	3	17,64%	0	0,00%	0	0,00%
Sites jurídicos.	10	58,82%	4	23,52%	3	17,64%	0	0,00%	0	0,00%
Revistas técnicas e científicas.	10	58,82%	7	41,17%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Legislação em geral.	10	58,82%	4	23,52%	0	0,00%	0	0,00%	3	17,64%
Bases, banco de dados e portais.	10	58,82%	4	23,52%	1	5,88%	2	11,76%	0	0,00%
Mecanismos de busca e diretórios.	8	47,05%	7	41,17%	2	11,76%	0	0,00%	0	0,00%
Jurisprudência.	8	47,05%	5	29,41%	4	23,52%	0	0,00%	0	0,00%
Anais de congressos, seminários etc.	4	23,52%	4	23,52%	1	5,88%	7	41,17%	1	5,88%
Jornais e informativos da área.	3	17,64%	4	23,52%	2	11,76%	3	17,64%	5	29,41%
<i>Vade-mécums</i>	2	11,76%	6	35,29%	2	11,76%	0	0,00%	7	41,17%
Dicionários e enciclopédias (formato impresso).	2	11,76%	2	11,76%	4	23,52%	0	0,00%	9	52,94%
Dicionários e enciclopédias (formato eletrônico)	0	0,00%	5	29,41%	2	11,76%	0	0,00%	10	58,82%

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Os dados da Tabela 2 e analisados aqui apresentam o somatório das colunas “Muito Frequente” e “Frequente”, e por meio da frequência que serão indicados os resultados de forma decrescente dos dados da tabela 2 referentes à décima questão.

Note-se que a maioria absoluta (100%) dos professores pesquisados utiliza a “Doutrina em geral” como fonte principal de informação; a doutrina é o resultado dos trabalhos dos juristas e dos estudiosos da ciência do Direito, nesses trabalhos são definidos e sistematizados as conceituações jurídicas, é dessa forma que são criados os institutos e as teorias jurídicas.

A doutrina é responsável por fornecer a fundamentação teórica nos trabalhos jurídicos e é deste modo que é representado o aspecto científico do Direito, é pela Doutrina que os especialistas teorizam o conhecimento jurídico e sugerem conceitos e definições específicas da área. Para Gagliano e Pamplona Filho (2010, p. 64) a responsabilidade da doutrina é definir alguns conceitos jurídicos indeterminados, dessa forma irá desenvolver fórmulas interpretativas capazes de conferir certa uniformidade a tais conceitos vagos e ambíguos. Assim, a doutrina é a fonte em que os professores pesquisados a utilizam para interpretações de assuntos que envolvem a Ciência do Direito.

Com o mesmo percentual de uso as “revistas técnicas e científicas”, são fontes que disponibilizam e possibilitam acesso à legislação, doutrina e jurisprudência, corroborando assim os graus de frequência, já constatados em alguns percentuais dessa análise de dados.

Os mecanismos de busca e diretórios também fazem parte de um elevado percentual (88%) dos respondentes. Martins e Ambrósio (2007, p.3) conceituam que os mecanismos de busca: são considerados “conjuntos de robôs que rastreiam a Internet em busca de páginas, índices, base” e bancos de dados, portais, para eles os diretórios foi a “primeira ferramenta desenvolvida para tentar organizar as informações na Internet. Neles, as páginas são rastreadas (visitadas) e organizadas (indexadas e armazenadas) por assunto”.

Conjuntamente as “Teses e dissertações” (82%) são bem utilizadas pelos respondentes, isto põe em evidência a utilização de fontes de informação de valia, esse fato confirma através dos dados da sexta questão, a forte utilização da base de dados Capes<sup>5</sup>, que conta com um acervo de mais de 53 mil títulos com texto completo, 129 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. o uso desse tipo de fonte se deva por conta do perfil dos respondentes onde as teses e dissertações são consumidos em larga escala pela

---

<sup>5</sup> VER [http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=102](http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=102)



comunidade acadêmica, que por sua vez estimula a produção científica na área jurídica.

Vale destacar que mesmo não sendo citada pelos respondentes a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), coordenada pelo IBICT, é uma rede que busca integrar os sistemas de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino superior nacional e internacional. Essa biblioteca por sua vez, ainda disponibiliza o Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT) para as teses que só possuem apenas a descrição bibliográfica.

Em seguida a pesquisa jurídica em ambientes digitais como “*sites* jurídicos”, “base, banco de dados e portais” também ocupou um percentual relevante (82%) nesta pesquisa, os *sites* jurídicos são então os locais na Rede Mundial de Computadores onde é possível encontrar informações sobre temas jurídicos, assim sendo os sites de tribunais, foram demasiadamente citados na oitava questão como canais jurídicos de informação em que buscam informação.

Já as bases, bancos de dados e portais são bem utilizados, eles funcionam de forma integrada e de fácil acesso. A utilização da pesquisa jurídica na internet segundo Passos e Barros (2009, p.112-113) possui algumas vantagens: “variedade e quantidade de material”, “fontes confiáveis”, “baixo custo” (se comparado às bases de dados por assinatura) e facilidade de acesso.

Nesta mesma perspectiva (82%) dos respondentes fazem uso da “Legislação em geral” conhecida como “ordenamento jurídico” para Santiago (2012) ela é “o conjunto das normas jurídicas legisladas, abrangendo desde as constitucionais até as infralegais (resoluções, portarias etc.) originadas no país por meio de seus diversos órgãos, dentre os quais se destacam os do Poder Legislativo”. Esse fato fortalece o uso de mecanismos de busca e diretórios, pois, em razão disso a legislação brasileira está disponível na internet através do portal da legislação<sup>6</sup>, onde o cidadão tem acesso a todo o material legislativo produzido na história do Brasil: a Constituição, as Leis Federais, Decretos, Estatutos, dentre outros.

---

<sup>6</sup> VER: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

Cerca de (76%) do universo desta pesquisa utilizam com frequência a “Jurisprudência em geral”, de acordo com Silva (2010) “a jurisprudência como fonte de informação, fornece subsídios para sustentação e defesa de teses jurídicas”, ou seja, é o conjunto de decisões proferidas pelo Poder Judiciário.

Vale salientar que o uso de “Dicionários e enciclopédias formato eletrônico e ou/ impresso” não figuram como aquelas utilizadas com muita frequência. Para SANTIAGO, 2012 os dicionários são fontes que englobam repertórios de significados das palavras e as enciclopédias são fontes utilizadas em situações esporádicas, objetivando consultas mais rápidas sobre determinados tópicos. A não utilização dessas fontes evidencia a subutilização das obras de referência por excelência.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o comportamento de busca de informação jurídica através dos professores do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe, constituindo assim o universo dessa pesquisa. Para atingir os objetivos específicos propostos pela pesquisa, foi necessário aplicar e analisar o instrumento de pesquisa tratou-se de um formulário semiestruturado de participação voluntária, o viés do formulário foi qualitativo, possibilitando utilizar aportes quantitativos.

Através dos resultados obtidos por meio da análise minuciosa e individualizada de cada categoria das questões, inicialmente foi presumível que os pesquisados desse universo de pesquisa apresentam pequenas desconformidades em relação às fontes informacionais jurídicas que utilizam para o desenvolvimento de suas atividades profissionais.

Um ponto de relevância demonstrado através dos dados é que a maioria absoluta professores pesquisados fazem uso demasiado das fontes do Direito em especial a Doutrina em geral, a Jurisprudência e a Legislação, a utilização dessas fontes possibilitam sustentar as argumentações e, por conseguinte terão melhor aceitação na área acadêmica e profissional.

No aspecto falta de informação na realização das atividades didáticas, foi verificado que na construção do planejamento de aulas os respondentes possuam entraves nesse quesito.

Sobre o uso de canais formais os artigos de periódicos na versão eletrônica são utilizados pela maioria dos respondentes, esse dado presume a forte utilização das pesquisas em ambientes digitais, fazendo proveito das TIC para a busca de informação, porém os livros impressos não caíram em desuso pelo mesmo universo de pesquisa estudado, evidenciando que o importante é se buscar informação independente de seus formatos. Já os canais informais não são os preferidos para a busca de informação entre os respondentes, mas as redes sociais exerceu uma influência entre os pesquisados.

A predominância dos respondentes para obtenção de materiais informativos foi à baixa da internet, por outro lado pode-se apurar que as bibliotecas convencionais não são utilizadas com frequência entre os respondentes, e os mesmos ainda desconhecem os serviços oferecidos pela biblioteca, como por exemplo, o serviço de comutação bibliográfica (COMUT), que a maioria desconhece.

Referente ao levantamento das dificuldades encontradas em recuperar ou localizar a informação pelos pesquisados esse dado revelou que ele entre eles não existem dificuldades nesse questionamento no uso de base de dados, o portal Capes foi um dos mais mencionados entre eles. Relacionado a questão dos procedimentos de busca de informação alguns respondentes não forneceram respostas concernentes a pergunta, a maioria sinalizou o levantamento de bibliográfico como procedimento, mas não listou como procede para a realização do mesmo.

Na análise dos dados também foi possível concluir que a maioria do universo utiliza sites de tribunais, jurisprudências e legislativos como canais jurídicos em que buscam informação. Pode-se consumir que os métodos utilizados nesta pesquisa serviram adequadamente para alcançar ao objetivo geral, que foi analisar o comportamento de busca.

Através desta pesquisa foi possível analisar o comportamento de busca de informação dos respondentes permitindo alcançar o objetivo geral e assim foi possível caracterizar a informação jurídica e sua organização, baseada nas fontes do direito, bem como levantar a tipologia da informação utilizada pelos professores e seus mecanismos para obtenção da informação identificando as fontes de informação consideradas fundamentais para os pesquisados. Objetivando os objetivos específicos propostos na pesquisa.

Neste cenário, o presente estudo visou intencionalmente a importância de se estudar o comportamento de busca como elemento norteador na hora de se realizar uma pesquisa, e em como pensar na formação de uma unidade de informação jurídica, por se tratar de uma área de grande valia para a vida pessoal e profissional da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRETTA, Cássio Adriano. Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a Classificação Decimal de Direito. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 79-124.

AOYAMA, Pâmela Tieme Barbosa. **Estudo das necessidades de informação dos usuários da Biblioteca Digital do Senado Federal**. 2011. 120 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242711>>. Acesso em: 13 set. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Estudos de usuários**: pluralidade teórica, diversidade de objetos. Comunicação oral apresentada ao GT03 – Mediação, Circulação e Uso da Informação do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) realizado em São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1313/Estudos.pdf?sequence=1>>. Acesso em 14 set. 2017.

BARI, Valéria Aparecida. **Letramento e competência informacional**: código CINFO-0010: segundo período letivo de 2013: apostila disciplinar. São Cristóvão, DCI, 2013. 41 f. Material didático.

BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Estudo de usuários no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM): analisando as estratégias meta cognitivas no processo de busca de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/954>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BARROS, Dirlene Santos; SAORIM, Roberto Natal Silva; RAMALHO, Francisca Arruda. Necessidades informacionais e comportamento de busca da informação dos vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa – Paraíba. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 18, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1763>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004.

BARTALO, Linete et al. **Comportamento e competência informacionais da comunidade discente na Universidade Estadual de Londrina**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, realizado em Florianópolis, SC, em 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/457/268>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BARTALO, Linete; MARCONDES, Sonia Maria. **O comportamento informacional na gestão acadêmica de uma universidade pública**. Londrina: UEL, 2009. Disponível em: <[http://www.uel.br/prograd/documentos/noticias/2009/artigo\\_sonia.pdf](http://www.uel.br/prograd/documentos/noticias/2009/artigo_sonia.pdf)> Acesso em: 12 set. 2017.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em ciência da informação. In: MULLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38. (Série Ciência da Informação e Comunicação).

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

CALVA GONZÁLES, Juan José. **El fenómeno de las necesidades de información**: su investigación y modelo teórico. [ca.2005]. Disponível em: <[http://cuib.unam.mx/publicaciones/4/fenomeno\\_necesidades\\_modelo\\_JUAN\\_JOSE\\_CALVA\\_GONZALEZ.html](http://cuib.unam.mx/publicaciones/4/fenomeno_necesidades_modelo_JUAN_JOSE_CALVA_GONZALEZ.html)>. Acesso em: 12 set. 2017.

CALVA GONZÁLES, Juan José. La investigación sobre las necesidades de información en comunidades de usuarios. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 18, n. 37, p. 23-55, jul./dic. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/4057/3606>>. Acesso em: 11 set. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na pesquisa científica. **Administração On Line**: prática - pesquisa - ensino, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000. Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art11/anival.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm)>. Acesso em 6 set. 2017.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2006.

CRESPO, Isabel Merlo; CAREGNATO, Sônia Elisa. Comportamento de busca de informação: uma comparação de dois modelos. **Em questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/73>>. Acesso em: 07 set. 2017.

CRESPO, Isabel Merlo; CAREGNATO, Sônia Elisa. Padrões de comportamento de busca e uso de informação por pesquisadores de biologia molecular e biotecnologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000300003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000300003&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 07 set. 2017.

DANTAS, Geórgia Geogletti Cordeiro; PAVÃO, Caterina Marta Groposo; CAREGNATO, Sonia Elisa. Busca e uso de informação em revista científica eletrônica: uma análise dos logs da Intexto. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 2, 2008, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14866>>. Acesso em: 10 set. 2017.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 130 p. (Educação contemporânea).

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; VIÁ, Sarah Chucidda. **Pesquisa empírica em ciências humanas**: com ênfase em comunicação. São Paulo: Futura, 2001.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n.2. 1995. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/FERREIRA%20Novos%20paradigmas.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n.2. 1995. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/FERREIRA%20Novos%20paradigmas.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

FIALHO, Janaina Ferreira; ANDRADE, Maria Eugênia A. Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão da literatura estrangeira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004756&dd1=5eeb3>. Acesso em: 22 mar. 2017.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GARCIA, Rodrigo Moreira. **Modelos de comportamento de busca de informação**: contribuições para a organização da informação. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/garcia\\_rm\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/garcia_rm_me_mar.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2017.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 54-61, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19024.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Daniel Infante Ferreira. Pesquisas de marketing pela internet: as percepções sob a ótica dos entrevistados. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 70-88, nov./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v9n7/a04v9n7.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2017.

GRAEML, Alexandre Reis; CSILLAG, João Mário. E-mail survey com formulário anexado: uma alternativa para coleta de dados off-line pela internet. **Revista Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, SP, ano 4, n. 7, p. 35-58, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.dainf.cefetpr.br/~graeml/publica/revistas/download/OrganizacoesEmContexto2008\\_EmailSurvey.pdf](http://www.dainf.cefetpr.br/~graeml/publica/revistas/download/OrganizacoesEmContexto2008_EmailSurvey.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2017.

HOLLNAGEL, Erik. Is information science an anomalous state of knowledge? **Journal of Information Science**, v. 2, n. 3-4, p. 183-187, 1980. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/242925459\\_Is\\_information\\_science\\_an\\_anomalous\\_state\\_of\\_knowledge](https://www.researchgate.net/publication/242925459_Is_information_science_an_anomalous_state_of_knowledge)>. Acesso em: 13 set. 2017.

KUHLTHAU, Carol C.; TAMA, S. L. Information search process of lowers: a call for "just for me" information service. **Journal of Documentation**, London, v. 57, n. 1, p. 25-43, jan. 2001. Disponível em: <<http://cominfo.rutgers.edu/~tefko/Courses/612/Articles/KuhlthauTama.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004.

MAKRI, Stephann. **A study of lawyers' information behaviour leading to the development of two methods for evaluating electronic resources**. 2008. 353 f. Thesis (Doctor of Philosophy) - University College London, 2008. Disponível em: <<http://discovery.ucl.ac.uk/14729/1/14729.pdf>>. Acesso em: 13 set 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652007000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice. **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 137-152.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 01-19, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018/2139>>. Acesso em: 11 set. 2017.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em <<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34168313/MetodologiaPesqui>>



sa-

Moresi2003.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1505271574&Signature=ehd01tkuojRLYbQ0LIBlqiW5kl%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMetodologia\_da\_Pesquisa\_PRO-REITORIA\_DE.pdf >. Acesso em: 12 jun. 2017.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev. 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/980>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PASSOS, Edilenice. **O futuro da biblioteca jurídica**. 2005. Disponível em: <[http://www.infolegis.com.br/wa\\_files/futuro-biblioteca-juridica.pdf](http://www.infolegis.com.br/wa_files/futuro-biblioteca-juridica.pdf)>. Acesso em: 13 de set de 2017.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. 2. ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2009. 170 p.

PASSOS, Edilenice.; BARROS, Lucivaldo V. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 170 p.

RIBEIRO, Luciane Meire; COSTA, Luzia Sigoli. Estudos de uso e usuários da informação: uma análise do foco e dos tipos de grupos estudados historicamente e suas relações com as tendências atuais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió: Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia, 2011. 1 CD-ROM.

RIZZI, Renata Lorencini. **Estudo do comportamento de busca por informação científica de alunos e professores do curso de licenciatura em matemática do IFES-Campus Cachoeiro de Itapemirim**. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. . Disponível em: <[http://educimat.vi.ifes.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/MPECM\\_-Disserta%C3%A7%C3%o-de-Mestrado\\_Renata-Lorencini-Rizzi\\_2013.pdf](http://educimat.vi.ifes.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/MPECM_-Disserta%C3%A7%C3%o-de-Mestrado_Renata-Lorencini-Rizzi_2013.pdf)>. Acesso em 18 nov. 2015.

SANTIAGO, Antonio Edilberto Costa. **Competência informacional jurídica e as habilidades de pesquisa**. 2012. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7831>>. Acesso em: 13 set. 2017

SANTOS, Fellipe Augusto. **As habilidades em pesquisa jurídica dos formandos em direito da Universidade Federal de Sergipe, no contexto da competência informacional jurídica**. 2015. 122 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para profissional da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, Marli Vitor da. **O comportamento informacional de advogados**: um estudo com profissionais que atuam na cidade de Marília e região. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em:

<[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&o\\_obra=194776](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=194776)>. Acesso em: 13 set. 2017

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT; Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42. (Série Educação a Distância). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

TABOSA, Hamilton. Rodrigues; PINTO, Virginia. Bentes. Análise dos modelos de comportamento de busca e uso de informação nas dissertações e teses dos PPGCI: uma proposta de ampliação ao modelo de Ellis. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 29, n. 65, p. 101-114, enero/abr. 2015. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18232/3/2013\\_art\\_hrtabosa.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18232/3/2013_art_hrtabosa.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2017.

TEORÍA\_del\_sense-making\_(Devin).PNG. Altura: 647. Largura: 1,275. 84 Kb. Formato: PNG. In: METÁFORA de la brecha en la teoría de sense-making. 2014. Disponível em: <[https://commons.m.wikimedia.org/wiki/File:Teoría\\_del\\_sense-making\\_\(Devin\).png](https://commons.m.wikimedia.org/wiki/File:Teoría_del_sense-making_(Devin).png)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

TOMANIK, E. A. **O olhar no espelho**: conversas sobre a pesquisa em ciências sociais. 2. ed. Maringá: Eduem, 2004

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

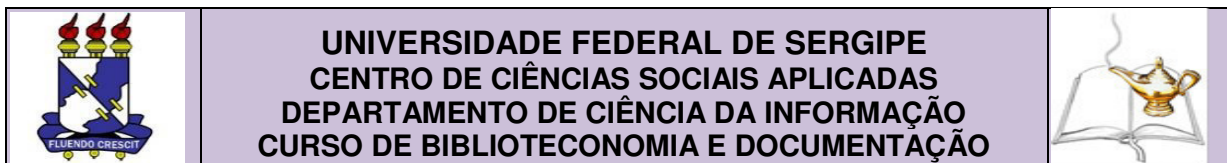
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Departamento de Ciência da Informação. **Departamento de Ciência da Informação (DCI)**. [c2016]. Disponível em: <<http://cienciainformacao.ufs.br/pagina/7064>>. Acesso em: 7 out. 2016.

WILSON, Thomas D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/papers/1981infoneeds.html>>. Acesso em: 11 set. 2017.

WILSON, Thomas D. Human information behavior. **Informing Science**, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000. Disponível em: <[inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf](http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2017.

WILSON, Thomas D. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/papers/1999JDoc.html>>. Acesso em: 13 set. 2017.

## ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da pesquisa **“Comportamento informacional dos professores de Direito da Universidade Federal de Sergipe: um estudo exploratório”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Jamille de Carvalho Santana, graduanda em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe, a qual pretende analisar o comportamento informacional dos professores de Direito da UFS.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da aplicação de um questionário com roteiro estruturado, com viés qualitativo, exclusivamente com questões abertas. É de seu conhecimento que a sua participação nesta pesquisa não implica em nenhum benefício pessoal, não é obrigatória e não trará riscos previsíveis.

Caso queira, saiba que pode desistir a qualquer momento, sem que isso lhe cause prejuízo. Será, portanto, acompanhado e assistido pela pesquisadora responsável durante a aplicação do instrumento de pesquisa, podendo fazer perguntas sobre qualquer dúvida que apareça durante todo o estudo, além disto, não haverá nenhuma forma de reembolso de dinheiro, já que com a participação na pesquisa, não haverá nenhum gasto.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo e-mail <millecarvalho@gmail.com> ou pelo telefone (79) 98844-6075, ou poderá entrar em contato com o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, pelo telefone (79) 3194-6822.

Diante disso, eu, \_\_\_\_\_, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer, porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação fornecida. Por esta razão, aceito participar voluntariamente desta pesquisa sabendo que os dados coletados estarão sob o resguardo científico e o sigilo profissional. Além disso, contribuirão para o alcance dos objetivos deste trabalho e para posteriores publicações dos dados.

São Cristóvão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE A – Formulário da Pesquisa

### 1. Em seus projetos de pesquisa e/ou extensão quando é percebida uma falta de informação?

- ☐ na fase do levantamento de problemas
  - ☐ na coleta de dados
  - ☐ na definição de temas
  - ☐ ao definir hipóteses
  - ☐ ao definir objetivos
  - ☐ outras, especifique
- 
- 
- 

### 2. Em suas atividades didáticas quando é percebida uma falta de informação?

- ☐ no planejamento das aulas
  - ☐ no levantamento bibliográfico para planejar uma disciplina
  - ☐ ao avaliar os trabalhos realizados pelos discentes
  - ☐ para preparar aula
  - ☐ para preparar materiais de congresso
  - ☐ para dar andamento aos projetos de pesquisas
  - ☐ para questões surgidas no decorrer de suas atividades gerais acadêmicas
  - ☐ para questões relacionados à área que trabalham
  - ☐ para estar atualizado
  - ☐ para buscar novos conhecimentos
  - ☐ para recuperar os dados de pesquisas que já foram feitas
  - ☐ para formalizar uma nova hipótese
  - ☐ para fazer novas pesquisas.
  - ☐ para desenvolvimento dos projetos de pesquisa
  - ☐ para complementações dos trabalhos científicos
  - ☐ é uma necessidade diária, pois isso é um processo contínuo.
  - ☐ outras, especifique:
- 
- 

### 3. Quais os canais informais de informação têm a preferência para a busca de informações?

- ☐ os contatos pessoais
- ☐ as listas de discussões
- ☐ a correspondência eletrônica (e-mails)
- ☐ os fóruns de discussão
- ☐ as redes sociais

**4. Quais os canais formais de informação têm a preferência para a busca de informações?**

- ☐ os contatos pessoais
- ☐ livros (versão impressa)
- ☐ livros (versão eletrônica)
- ☐ artigos de periódicos (versão impressa)
- ☐ artigos de periódicos (versão eletrônica)
- ☐ anais de eventos (congresso, seminários etc.)
- ☐ comunicações orais apresentadas em eventos (congresso, seminários etc.)

**5. Qual a forma de obtenção de materiais que contém informações que o ajudarão no desenvolvimento de suas atividades?**

- ☐ baixa da internet
- ☐ procura na biblioteca convencional
- ☐ procura na biblioteca informatizada
- ☐ entra em contato com o produtor do artigo
- ☐ busca informações com os colegas
- ☐ busca informações com os especialistas
- ☐ pede uma cópia a um colega
- ☐ usa o serviço do COMUT para conseguir o arquivo

**6. Quais as dificuldades encontradas em localizar/recuperar a informação com a utilização de bases de dados especializadas? Quais são bases de dados?**

---

---

---

---

**7. Por favor, descreva seus procedimentos de busca de informação para escrever um artigo ou prepara um trabalho para apresentar em um evento.**

---

---

---

---

**8. Por favor, descreva quais os canais jurídicos em que busca informação.**

---

---

---

---

**9. Com que frequência você busca informações para a realização de suas atividades profissionais?**

- ☐ Todos os dias
- ☐ Duas ou três vezes por semana
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Duas ou três vezes por mês
- ☐ Uma vez por mês

**10. No seu fazer cotidiano qual a frequência de uso das fontes de informação jurídicas abaixo relacionadas?**

Fonte / Frequência	Muito frequente	Frequente	Indeciso ou Neutro	Pouco frequente	Nunca
Legislação em geral.					
Doutrina em geral.					
Jurisprudência.					
Teses e Dissertações.					
Revistas técnicas e científicas.					
Sítes jurídicos.					
Anais de congressos, seminários etc.					
Jornais e informativos da área.					
Dicionários e enciclopédias (formato impresso).					
Dicionários e enciclopédias (formato eletrônico)					
Bases, banco de dados e portais.					
<i>Vade-mécuns</i>					
Mecanismos de busca e diretórios.					

**MUITO OBRIGADA!**